

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRAS DE BOURO

DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2026

RELATÓRIO DO ORÇAMENTO



ARMAZÉM MUNICIPAL



PLANO DE PORMENOR DA CANIÇADA



ESTRADA BATOCA - CHÃ DA ERMIDA



CASCATA "FEIXA DE BARJAS"



REQUALIFICAÇÃO DE PAREDES - RIO CALDO



EXTENSÃO DE SAÚDE DE RIO CALDO

Índice:

Relatório do Orçamento.....	3
1. Apresentação	3
2. Política Orçamental.....	20
2.1. Apresentação Geral do Orçamento	20
2.2. Grandes Opções do Plano (GOP).....	30
2.3. Apoio às Juntas de Freguesia	42
2.4. Notas finais	43
Anexos	44
Anexo.1 – Amortização média de empréstimos.....	44
Anexo.2 – Subsídios e protocolos - Receita	45
Anexo.3 – Encargos com empréstimos.....	47
Anexo.4 – Mapa plurianual de empréstimos.....	48
Anexo.5 – Entidades participadas.....	50
Anexo.6 – Responsabilidades contingentes	51
Encerramento.....	57

Relatório do Orçamento

1. Apresentação

Nos termos do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente da alínea a) do artigo 25.º e da alínea c) do nº 1 do artigo 33.º, apresenta-se aos competentes órgãos autárquicos (Executivo e Assembleia Municipal de Terras de Bouro) os documentos previsionais com o presente **Relatório, as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento do Município (OM) para o ano de 2026**, bem como as opções estratégicas que queremos ver concretizadas ao longo do presente mandato autárquico.

Nos termos do novo Sistema Contabilístico para as Administrações Públicas, o SNC-AP, submete-se à aprovação da Assembleia Municipal, além do Orçamento Municipal e do Plano Plurianual de Investimentos, os documentos financeiros previsionais, a saber: o Balanço; a Demonstração de Resultados por Natureza e os Fluxos de Caixa.

Dando continuidade ao trabalho que iniciamos há oito anos e que os/as terrabourenses sufragaram de forma clara e inequívoca, nas eleições que ocorreram no dia 12 de outubro de 2025, teremos oportunidade de prosseguir a nossa ação por mais quatro anos, permitindo-nos, com grande entusiasmo e responsabilidade, levar por diante as respostas que, estamos certos, irão corresponder às aspirações de todos/as os/as que, tal como nós, querem o melhor para a nossa terra.

Sem nos desviar-nos desse caminho, sempre estreito, da administração e gestão autárquica, saberemos ir ao encontro das reais necessidades das populações.

É evidente que nos tempos em que vivemos as exigências são ainda maiores, pois, tendo em conta os conflitos latentes a nível mundial e a continuidade da guerra na Ucrânia, acabaremos por estar sujeitos a mais alguma contenção, atendendo a que a manterem-se estas instabilidades, mais tarde ou mais cedo, iremos notar que essas situações poderão refletir-se nas economias dos países.

Na verdade, já se verifica que economias mais robustas do continente Europeu têm vindo a manifestar fragilidades, fazendo com que a inflação dispare e os preços dos bens e serviços aumentem exponencialmente, o que, logicamente, se repercute nas nossas vidas e na nossa gestão corrente

Reflexo disso é o contínuo oscilar dos preços dos combustíveis que, naturalmente, ditam o aumento generalizado das despesas, o que, consequentemente, faz aumentar a incerteza de toda a programação orçamental.

Apesar disso, este documento mantém uma estratégia e uma visão de progresso alicerçada em vetores estruturantes como o desenvolvimento económico, o turismo, o emprego, a educação, a saúde, a ação social, a cultura, o ambiente, a habitação e a **qualidade de vida**.

Apresentamos assim, para o Concelho de Terras de Bouro, de forma comprometida e responsável, as **Grandes Opções do Plano e o Orçamento do Município** e tudo faremos no sentido de captar e canalizar recursos e sinergias disponíveis, tendo como principal objetivo dotar o nosso território das condições imprescindíveis a **uma vida melhor para todos/as**.

Desta forma, queremos manter o rumo traçado, pelo que iremos trabalhar afincadamente para que, **honrando os nossos compromissos**, consigamos propiciar aos/às terrabourenses as melhores condições que propiciem um maior bem estar e connosco cooperem para o engrandecimento da nossa terra.

Pode, porventura, ter ficado pelo caminho algum projeto que nos propusemos realizar, mas, sem alijar responsabilidades, também teremos que referir que não foi por falta de vontade nossa, nem por falta de recursos financeiros que isso poderá ter ocorrido, mas, convém dizê-lo, foi porque, a montante ou a jusante da tramitação processual, algo concorreu nesse sentido.

Respondendo **àquelas que são as expectativas e justas aspirações dos/as munícipes**, as Grandes Opções do Plano e o correspondente Orçamento para 2026 irão manter a abrangência necessária, o equilíbrio desejado e as **respostas adequadas às necessidades gerais e básicas da nossa população**.

Os investimentos a nível das acessibilidades, da mobilidade e regeneração urbana são para manter e, se possível, reforçar.

No que diz respeito ao abastecimento de água e saneamento, apesar de já ter sido percorrido um longo caminho, prosseguiremos com os trabalhos de recuperação e beneficiação das redes existentes e tudo faremos para que, particularmente na área do saneamento, se consigam materializar as respostas, absolutamente necessárias, ao nível da rede em baixa e em alta, quer no Vale do Cávado, quer no Vale do Homem.

Nesta área, queremos dar conta que os projetos para a construção de novas ETAR's, na freguesia de Rio Caldo e na freguesia de Vilar da Veiga, já estão a ser preparados pela Empresa Águas do Norte.

A saúde, ação social, desenvolvimento cultural e associativismo têm para este Executivo uma importância relevante, pelo que continuaremos a prestar-lhes a melhor atenção, disponibilizando os recursos necessários, seja na cooperação, seja no apoio financeiro que se considere imprescindível.

No que diz respeito à área da **Saúde** e tendo em atenção as novas responsabilidades resultantes da Descentralização de Competências, no âmbito do Decreto-Lei nº 23/2019, de 30 de janeiro, o Município colocou como condições, para a transferência dessas competências, a **requalificação do edifício da escola primária de Rio Caldo para Unidade de Saúde** e que, para tal, fosse tido em conta um compromisso financeiro para a concretização dessa obra.

Satisfeita essa condição, com a atribuição de 500.000,00 €, a assinatura do Auto de Transferência ocorreu a 6 de junho de 2022.

Decorrido este tempo e verificando-se que havia necessidade de reforçar essa verba, foi proposto à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal para contrair um empréstimo no montante de 600.000,00 €, que foi aprovado. O visto, necessário, do Tribunal de Contas também já foi dado favoravelmente, estando a ser elaborada uma revisão do projeto.

Foi assinado um protocolo de cooperação com a Unidade de Saúde Local de Braga (ULS Braga), em que a Câmara Municipal disponibiliza as piscinas municipais da Vila de Terras de Bouro e do Gerês para **aulas de preparação para o parto em meio aquático**. As aulas de preparação para o parto em meio aquático visam promover a aquisição de conhecimentos e de estratégias facilitadoras para que grávidas/progenitores assumam um papel mais ativo e consciente na gravidez e no trabalho de parto.

Igualmente, foi estabelecido um protocolo de cooperação para **prestação de cuidados de saúde mental** pela ULS de Braga através de equipas multidisciplinares, nomeadamente das equipas comunitárias de saúde mental constituídas por profissionais com experiência em ambiente hospitalar e nos cuidados primários de saúde, procurando sinergias e complementaridade de cuidados.

No dia 20 de outubro de 2024, com a presença da Senhora Ministra da Saúde, Ana Paula Martins, foi assinado um protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal e a ULS de Braga, tendo em vista a criação de uma **Unidade de Cirurgia de Ambulatório "Bloco Operário"**, incluindo cuidados de pré e de pós-operatório e respetivas áreas de apoio.

Este processo está a decorrer e mantemos a firme vontade de, em estreita cooperação com a Saúde, o vir a concretizar.

Também na área da saúde, este Executivo Municipal continuará a pugnar pela criação de uma Unidade de Cuidados Continuados (UCC) em Terras de Bouro.

A aquisição de um terreno e respetivos imóveis, no lugar de Vau, na freguesia da Ribeira, que terá como finalidade a implantação dessa UCC, já está em fase adiantada.

A **Ação Social** continua a merecer a maior atenção, atendendo à especificidade das competências e da intervenção que desenvolve no terreno.

Através do **processo de descentralização de competências no domínio da Ação Social** para as autarquias locais (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, Decreto-lei n.º 55/2020 de 12 de agosto, Portaria n.º 63/2021, de 17 de março e Portaria n.º 65/2021, de 17 de março), a Câmara Municipal assumiu, em 03/04/2023, o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) e a celebração e acompanhamento dos Contratos de Inserção dos/as beneficiários/as do Rendimento Social de Inserção (RSI). Neste âmbito, são acompanhadas/apoiadas famílias nos diversos programas/medidas em vigor, nomeadamente POAPMC/FEAC, RSI, Cantina Social, Regime de Maior Acompanhado, sinalização para vaga social em ERPI e/ou Família de Acolhimento, Estatuto do Cuidador Informal (ECI).

No âmbito do Regulamento **Habitação Condigna**, manteremos o contínuo apoio às famílias carenciadas na melhoria das condições de habitabilidade, através da realização de obras, do fornecimento de projetos de arquitetura e de especialidades e do apoio financeiro ao arrendamento de habitação para residência permanente.

No âmbito do **Programa de Intervenções em Habitações (PIH) - Acessibilidades 360º**, do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), a Câmara Municipal, na qualidade de beneficiário final, continuará a submeter candidaturas sempre que surjam oportunidades de financiamento e situações elegíveis, tem em vista a realização de obras de adaptação e reorganização espacial para criação de condições de acessibilidade em habitações.

A **Estratégia Local para Habitação de Terras de Bouro** prevê a Aquisição e Reabilitação de 688 fogos (153 fogos do Município e 535 fogos dos/as Beneficiários/as Diretos/as), estimando-se um investimento total de 81.040.840 € (oitenta e um milhões quarenta mil oitocentos e quarenta euros). Através do **Programa 1.º Direito** foram apresentadas candidaturas ao Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) (investimento RE-C02-i01 – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, da Componente 02 – Habitação), em março de 2024, **28 candidaturas para**

apoio a **174 fogos**, no valor total de 22.622.989,90 € (vinte e dois milhões seiscentos e vinte e dois mil euros e noventa cêntimos).

Quadro 1 - Candidaturas apresentadas no âmbito do aviso Nº 01/C02-i01/2021 (PRR)

SOLUÇÕES HABITACIONAIS		PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA
Tipo de solução	Nº Fogos	Valor Candidatado
REABILITAÇÃO	46	4.876.600,74 €
AQUISIÇÃO E REABILITAÇÃO	6 (3T3+3T2)	917.748,00 €
AQUISIÇÃO	97 (15T1+50T2+27T3+5T4)	13.916.292,00 €
BENEFICIÁRIOS DIRETOS	25	2.912.344,12 €
TOTAL	174	22.622.984,86 €

No que concerne à candidatura apresentada para a “Reabilitação de 46 fogos”, o Município tem, desde fevereiro de 2025, todos os projetos e estudos de execução elaborados, tendo, igualmente, já sido emitidos os certificados energéticos de todos os edifícios, encargo já assumido por este Município no valor total de 205.000,00 € (duzentos e cinco mil euros), acrescidos de IVA.

Quadro 2 – Edifícios a Reabilitar para Fins Habitacionais

N.º	DESIGNAÇÃO	FREGUESIA	N.º DE FOGOS	TIPOLOGIAS
1	Loteamento do Outeiro das Cruzes	Carvalheira	12	5 T2 + 5 T3 + 2 T4
2	Apartamento na Av. Dr. Paulo Marcelino	Moimenta	1	1 T3
3	Prédio no n.º 87 da Av. Dr. Paulo Marcelino	Moimenta	7	3 T2 + 4 T3
4	Prédio da rua da Cruz Vermelha	Moimenta	2	2 T4
5	Habitações em Quintela (n.º 2, 2A e 3)	Chorense	3	3 T2
6	Habitações do Lugar do Picouço	Balança	2	2 T2
7	Ex-Escola Primária das Quintães	Balança	2	2 T3
8	Ex-Escola Primária de Chemedião	Ribeira	1	1 T3
9	Ex-Escola Primária de Vilarinho	Valdosende	1	1 T1
10	Habitação de Paradela	Valdosende	1	1 T2
11	Ex-Escola Primária da Seara	Rio Caldo	1	1 T2
12	Ex-Escola Primária de Freitas	Covide	1	1 T1
13	Ex-Escola Primária de Covide n.º 2	Covide	1	1 T2
14	Ex-Escola Primária de Saim	Chorense	1	1 T1
15	Ex-Escola Primária de Refonteira	Gondoriz	2	2 T3
16	Ex-Escola Primária de Gilbarbedo	Cibões	2	2 T3
17	Ex-Escola Primária da Lama	Cibões	1	1 T2
18	Ex-Escola Primária de Vergaço	Cibões	1	1 T1
19	Ex-Escola Primária de Ervedeiros	Carvalheira	2	2 T2
20	Ex-Escola Primária de Sequeirós	Chamoim	2	2 T2
Total			46	

O Município continuará a articular com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P. (IHRU, I.P.), no sentido de evidenciar a premência da Câmara Municipal de Terras de Bouro superar as carências habitacionais da população e reforçar o parque habitacional municipal. É imperativa a aprovação das candidaturas e a celebração dos respetivos contratos de financiamento, no sentido de reunir condições financeiras e orçamentais para se proceder à abertura de procedimentos concursais e, consecutivamente, para a concretização das obras.

A Câmara Municipal está a desenvolver o projeto-piloto **Radar Social** (Candidatura nº PRR-RE-C03-i07-0000247), financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Através da medida Radar Social está a ser implementado um sistema integrado de referenciação social de ampla abrangência e de capacitação do território na ativação de respostas e otimização de recursos, visando trazer maior eficácia à ação e à articulação das entidades locais.

No dia 3 de março de 2025 teve início o **Plano de Ação (Inter)Municipal para a Inclusão Ativa de Grupos Vulneráveis de Terras de Bouro (PAIAGV TBR)**, no âmbito da candidatura apresentada ao Aviso NORTE2030-2024-6. Este projeto prevê a implementação de um plano de ação constituído por 4 (quatro) atividades, a desenvolver ao longo dos 36 (trinta e seis) meses, nomeadamente: “Encontro da Pessoa Idosa” e “À Conversa com...”, promovendo a animação sociocultural e a inclusão social ativa de pessoas idosas; “Atividade Física” para pessoas idosas e pessoas com deficiência e/ou incapacidade; ações e iniciativas inovadoras que promovam a inclusão social ativa por via da cultura (pintura, olaria, tradições gastronómicas e plantas medicinais/aromáticas, teatro, dança e artesanato).

O Projeto **CLDS 5GEIRA** iniciou no dia 1 de abril de 2025, com uma equipa técnica constituída por três (3) técnicas superiores a tempo completo e cinco (5) técnicos superiores com uma afetação de 20%. Este projeto terá uma duração de 48 (quarenta e oito) meses. É de realçar que, entre as várias ações previstas no Plano de Ação do CLDS 5GEIRA, será criado o **Gabinete de Apoio à Família**, com o objetivo de desenvolver, de forma itinerante, atividades de apoio a pessoas/famílias em situação de vulnerabilidade (pessoas idosas, pessoas com deficiência ou incapacidade, pessoas com doença mental, pessoas com dependências, entre outros). Este Gabinete terá também apoio médico.

O **Projeto Balcão Móvel da Inclusão de Terras de Bouro** teve início efetivo no dia 2 de maio de 2025, com a constituição da sua equipa técnica, e desenvolver-se-á durante 24 (vinte e quatro) meses. Esta operação prevê a aquisição de uma viatura, que será devidamente adaptada e equipada, e que percorrerá todas as freguesias do concelho, oferecendo serviços essenciais e

apoio digital a pessoas com deficiência, pessoas idosas, famílias e outras pessoas em situação de vulnerabilidade.

Através da Comunidade Intermunicipal do Cávado e no âmbito de uma parceria conjunta dos Municípios de Terras de Bouro, Amares e Vila Verde, foi implementado o **Gabinete de Apoio às Vítimas do Alto Cávado (GAVAC)**, um serviço de atendimento e acompanhamento a pessoas vítimas ou em exposição à situação de violência doméstica. O GAVAC funciona descentralizadamente em Amares, Terras de Bouro e Vila Verde. No sentido de dar continuidade a esta importante resposta, foi apresentada e aprovada a candidatura “**Rede Intermunicipal de Proteção e Apoio à Vítima - RIPAV do Cávado**”, no âmbito do aviso PESSOAS-2023-4 - estruturas de atendimento, acompanhamento e apoio especializado a vítimas de violência doméstica e violência de género, que integra como entidade coordenadora a Comunidade Intermunicipal (CIM) do Cávado e como entidades parceiras os Municípios de Amares, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde.

Continuaremos a executar, monitorizar e avaliar os instrumentos estratégicos para a igualdade e não discriminação, nomeadamente o **Programa Municipal para a Igualdade e Conciliação** e o **Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação**.

O Município de Terras de Bouro, através da CIM do Cávado, participará como investidor social em dois **projetos de Inovação Social**, designadamente:

- “**Projeto MOSAICO – Companhia Multidisciplinar**”, promovido pela MUSA – Associação Artística e de Intervenção, e que pretende intervir na **saúde mental** de forma inovadora;
- **Incubadora de capacitação para o emprego para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (PCDI)**, tendo como objetivos fomentar o desenvolvimento holístico da pessoa, melhorar as suas condições de vida e promover a sua inclusão na sociedade e no mercado de trabalho. Este projeto será desenvolvido pela APACI- Associação de Pais e Amigos Centrada na Inclusão.

Na sequência da atualização e elaboração dos instrumentos de planeamento estratégico da Rede Social Municipal, **Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social**, será iniciada a execução de algumas medidas, nomeadamente através da implementação do **Plano de Ação 2026**. Também no quadro da transferência de competências para as autarquias locais, será elaborada a **Carta Social Municipal**, incluindo o mapeamento dos equipamentos sociais.

Manteremos todo o **acompanhamento e apoio às IPSS's** locais na submissão das candidaturas e execução das Operações aprovadas no âmbito dos projetos apoiados pelos fundos comunitários e ou nacionais.

Continuaremos a apoiar as crianças nascidas em Terras de Bouro através do **Incentivo à Natalidade**. Este incentivo à natalidade reveste a forma de um apoio até ao valor máximo de 1.000,00 € (mil euros), atribuído em duas modalidades: 750,00 € (setecentos e cinquenta euros) sob a forma de reembolso de despesas elegíveis, realizadas em estabelecimentos do concelho de Terras de Bouro, com a aquisição de bens considerados indispensáveis ao desenvolvimento saudável e harmonioso da criança (medicamentos, vacinas não incluídas no Plano Nacional de Vacinação, cremes, artigos de higiene, de puericultura e de alimentação infantil); e 250,00 € (duzentos e cinquenta euros) sob a forma de valor monetário.

Através do Regulamento Municipal de **Apoio à Aquisição de Medicamentos**, que vigora desde maio de 2025, continuaremos a apoiar as/os cidadãs/ãos com doenças crónicas que se encontrem em situação de carência económica na aquisição de medicamentos.

Através do **Banco Local de Ajudas Técnicas**, continuaremos a disponibilizar, a título de empréstimo, equipamentos que promovam a melhoria das condições de conforto e saúde dos/as munícipes com deficiência, pessoas idosas e pessoas que necessitem, temporária ou definitivamente, de ajudas técnicas, por motivos de perda de autonomia física.

A candidatura apresentada pela Câmara Municipal ao Aviso Nº 12/C03-i02/2025 - **Aquisição de Veículos Elétricos**, do Plano de Recuperação e Resiliência, foi aprovada com um financiamento no valor de 42.592,35 € (quarenta e dois mil quinhentos e noventa e dois euros e trinta e cinco cêntimos), para aquisição de 15 (quinze) motociclos/ciclomotores elétricos de 4 rodas e 5 (cinco) cadeiras de rodas elétricas. Por conseguinte, reforçaremos o apoio às pessoas com mobilidade reduzida, através da cedência destes veículos elétricos.

A partir do ano 2026 a Câmara Municipal propõe-se potenciar a participação da população idosa na definição de iniciativas de envelhecimento ativo e saudável, através do **Orçamento Participativo Sénior**, pelo qual as pessoas com 60 ou mais anos podem apresentar projetos de investimento público. Para o efeito, será disponibilizado o montante de 5.000,00 € (cinco mil euros) do orçamento municipal para financiar o projeto que obtenha maior votação.

No âmbito do **Protocolo de Colaboração e Mecenato** celebrado em 05/03/2025 entre a **Irmandade de São Bento da Porta Aberta e a Câmara Municipal**, continuará a ser prestado apoio a agregados familiares vulneráveis nas despesas consideradas imprescindíveis e inadiáveis, como aquisição de equipamentos domésticos, de saúde ou outros bens essenciais.

Prosseguiremos, ainda, com o importante serviço de proximidade à população através dos programas **Bem Envelhecer e Envelhecer a Sorrir**, da **Loja Social**, do apoio nas candidaturas aos programas de arrendamento **Porta 65-Jovem e Porta 65+-Perda de Rendimentos e Porta 65+-Família Monoparental**, entre outros.

Consciente da importância da **Educação**, o Município de Terras de Bouro continuará a investir nessa área.

O ano letivo de 2025/2026 foi preparado pela Direção do Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro (AETB), em estreita articulação e colaboração com o Município.

No que concerne aos transportes, o **Plano de Transporte Escolar** é, a nível municipal, o instrumento de planeamento da oferta de serviço de transporte entre o local da residência e o local dos estabelecimentos de ensino da rede pública, frequentados pelos/as alunos/as da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário. A sua implementação obedece a um conjunto de preceitos legais.

No ano letivo 2025/2026 a Transdev continuará a realizar os transportes escolares e a Câmara Municipal continuará a realizar alguns transportes especiais/complementares, de alguns locais com território mais montanhoso e perigoso, devidamente identificados pela Autarquia, fazendo a ligação de casa até à paragem, para aí entrarem no autocarro para o estabelecimento de ensino e educação.

O Município continuará a realizar os transportes que tem protocolado, nomeadamente com o Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) e a Escola Profissional Amar Terra Verde (EPATV), até à paragem.

O Município também realiza o transporte de alunos/as com necessidades educativas especiais, devidamente identificados pelo AETB, e que continuará a realizar. Na eventualidade do Município não poder realizar o transporte, nomeadamente de alunos/as com mobilidade condicionada, contratará transporte apto para o efeito e suportará os custos.

As crianças do Ensino Pré-Escolar (EPE) continuarão a ser apoiadas ao nível das refeições e ao nível das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF). As AAAF destinam-se a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas atividades. Para o efeito, a Câmara Municipal de Terras de Bouro promove diretamente estas atividades ou celebra protocolos de colaboração com Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho.

A Câmara Municipal continuará a promover a componente de apoio à família (CAF) diariamente depois da componente curricular. Esta resposta tem resultado num extraordinário apoio às famílias das crianças do 1º Ciclo de ensino de ensino.

As crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico continuarão a ser apoiadas ao nível das **refeições**, através da redução do pagamento nos termos do Regulamento.

Continuaremos com a valência do **apoio ao estudo** para o 2º e 3º ciclos de ensino, durante os períodos letivos.

Teremos a valência da CAF (componente de apoio à família), no 1º ciclo, e apoio ao estudo para os/as alunos/as do 2º e 3º ciclos de ensinos, na Escola Básica de Rio Caldo, para além do serviço que já existia no Vale do Homem.

Nas pausas letivas, o Município promove o **ATL/Oficinas de trabalho** para crianças dos 3 aos 12 anos, proporcionando-lhes inúmeras atividades desportivas, lúdicas e culturais (ex: idas semanais à piscina, à praia, passeios de barco na nossa albufeira, visita a museus, etc.). A participação à família resume-se, apenas, ao valor da refeição servida (almoço).

Continuarão a ser fornecidos gratuitamente às escolas do EPE e 1º ciclo **materiais de expediente**, incluindo fotocópias, e variados materiais didáticos e pedagógicos considerados importantes para o desenvolvimento das crianças.

O Município continuará a oferecer os **livros de fichas complementares aos manuais escolares** a todos/as os/as alunos/as que frequentem o 1º Ciclo, independentemente do seu escalonamento em termos de ação social. Prosseguiremos com as atividades desenvolvidas com a comunidade escolar.

O Município também **oferecerá o manual e o respetivo livro de fichas de Inglês**, como Oferta Complementar, aos/às alunos/as que frequentam o 1º e 2º anos de escolaridade, independentemente do seu escalonamento em termos de ação social escolar.

O Município continuará a apoiar o **Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA)**, com o objetivo de potenciar competências de cidadania, nomeadamente com o material de desgaste.

Continuaremos a fomentar **cursos de formação profissional e de educação de adultos**, nomeadamente através de parcerias com a EPATV, a Associação para o Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave (ATAHCA) e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Continuaremos a conceder um valor **monetário aos alunos de mérito**, no âmbito do Mecenato Educacional, valor esse que foi aumentado.

Prosseguiremos com o **investimento no Ensino Superior**, com as bolsas monetárias aos/às jovens, nos termos do Regulamento em vigor, bem como, tentaremos instalar em Terras de Bouro Cursos de Técnicos Superior Profissional (CTeSP).

A abertura da **piscina** à comunidade escolar manter-se-á, assim como o apoio para o **desporto escolar**, nomeadamente com o transporte.

Continuaremos a **ceder os auditórios** para as várias atividades da comunidade escolar.

Será novamente realizada a **semana cultural** onde as crianças do AETB poderão usufruir de novas experiências, assim como realizar imensas atividades, de várias áreas.

O Município continuará a ser parceiro de excelência no cumprimento e realização do **Plano Anual de Atividades do AETB** (ex.: São Martinho, Festa de Natal, Carnaval, Dia Mundial da Criança, o Dia Mundial do Ambiente, Associação de Estudantes, etc.).

De referir também que o Município continuará a ser parceiro ou promotor de vários **projetos e programas** destinados a crianças e jovens, tais como:

- Programa de Competências de Robótica e STEAM - Programa longitudinal, que acompanha as crianças ao longo dos 4 anos do 1º Ciclo do Ensino Básico e pretende desenvolver competências sociais e emocionais, de forma a promover a saúde mental e o ajustamento psicológico comportamentos positivos e saudáveis nas crianças, através do reforço dos fatores de proteção, envolvendo os agentes educativos (professores/as e famílias) neste processo.
- Programa de Competências Essenciais e Comportamentais - “Crescer a Brincar” - Programa dirigido a crianças e jovens do ensino básico, através da dinamização de Oficinas e/ou Clubes de Programação e Robótica em contexto de sala de aula, com recurso a kits de robótica.
- Programa ColorAdd nas Escolas – Associação ColorAdd - Este programa materializa-se no desenvolvimento de um conjunto de ações pensadas para promover escolas inclusivas para todos/as, prevenindo situações de *bullying* e de vulnerabilidade.
- Projeto Educação Intercultural no Cávado (FAMI) – Paulo Faria – RITTMA - Projeto que visa à promoção de uma sociedade mais coesa e mais inclusiva, promotora de uma interculturalidade saudável e da boa integração nacional e participação ativa de Nacionais de Países Terceiros, em particular dos estudantes e suas famílias.
- Ferramenta Ensinar e Aprender Português – recursos tecnológicos para o ensino do português e para o apoio e recuperação de aprendizagens, dirigido aos/às alunos/as do 1º Ciclo.

- Dinamização de ações de sensibilização ambiental e de conservação da natureza junto da comunidade escolar, desenvolvidas no coração do Parque Nacional da Peneda-Gerês.
- O projeto "Literacia no Cávado", que consiste na implementação e dinamização do recurso tecnológico para Ensinar e Aprender Português e implementação do recurso educativo digital "*Hypatiamat*", no âmbito do ensino da disciplina de Matemática.
- AQUA Cávado: o rio que nos une - A Agência da Energia do Cávado promove a iniciativa "AQUA Cávado: o rio que nos une", em parceria com outras entidades, nomeadamente o Município de Terras de Bouro e a CIM Cávado. O programa é composto por diversas ações, cujo mote é a conservação e valorização dos recursos naturais e o combate à escassez da água.
- 5 ao Dia - O Programa "5 ao Dia" visa promover o consumo diário de, pelo menos, 5 porções de frutas e hortícolas, de forma a potenciar uma alimentação saudável e contribuir para a prevenção de diversas doenças associadas a maus hábitos alimentares. Este programa prevê que as crianças de 1.º ciclo visitem todos os anos o Mercado Abastecedor da Região de Braga para o desenvolvimento de várias atividades promotoras da prática de uma alimentação saudável.
- Regime da Fruta Escolar - O Regime de Fruta Escolar (RFE) é uma iniciativa de âmbito europeu, que pretende promover a prática de uma alimentação saudável. Este programa consiste na distribuição de uma peça hortofrutícola, nas refeições intercalares, 2 vezes por semana, aos/às alunos/as do pré-escolar e do 1.º ciclo, de forma a incentivar as crianças ao consumo de fruta. Este programa é gerido e financiado pelo Ministério da Agricultura e envolve ainda os Ministérios da Educação e da Saúde.

Para o horizonte temporal compreendido entre os anos letivos 2024/2027 o Município tem uma candidatura submetida ao PIPSE Cávado 2023, que está em análise. Trata-se de um projeto intermunicipal "**Rede Estratégica para o Sucesso Educativo e Transformador no Cávado 2030.**"

Pela CIM do Cávado estão candidatas as seguintes atividades (integradas na ação literacia nuclear para o sucesso): Literacia Matemática; Literacia Digital/Robótica e Competências Transversais, que já estão a ser operacionalizadas nas escolas.

O Município de Terras de Bouro continua a investir na Educação. Desde logo com os apoios que dá aos/às pais/mães e encarregados/as de educação; com a compra de materiais escolares e pedagógicos para apetrechar as escolas; compra de materiais de desgaste; manutenção e conservação dos edifícios; obras de requalificação e melhorias; arranjo dos espaços exteriores; transportes gratuitos para atividades e visitas de estudo para todos/as os/as

alunos/as do AETB e para o desporto escolar; disponibilização das piscinas municipais e de equipamentos turísticos da autarquia; a oferta da escola de música; ballet.

No ano de 2026 iremos operacionalizar o **projeto da Biblioteca Itinerante**. Trata-se da aquisição de uma viatura e o respetivo apetrechamento para transformação numa Biblioteca itinerante, que tem como objetivo permitir o acesso à leitura em todas as localidades do concelho, cumprindo o princípio da igualdade de oportunidades e da equidade entre cidadãos. Uma carrinha irá percorrer as várias freguesias do concelho, levando o livro e a leitura a toda a população, de forma a minimizar a distância e a fomentar a literacia, bem como diversas atividades no âmbito da promoção da leitura. Esta operação é de extrema importância e uma mais valia para o nosso território, uma vez que o concelho ainda não possui biblioteca municipal.

Através da medida de investimento Medida CO4-iO1-mO1-Modernização da Infraestrutura tecnológica da rede de equipamentos culturais da componente de investimento RE-CO4-iO1- Redes culturais e Transição Digital do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), foi celebrado o contrato de financiamento em 17 de maio de 2023, para a realização de projetos designados de aquisição de equipamentos informáticos, **bibliotecas itinerantes online e sistemas de informação e catálogos integrados**.

Pretendemos projetar uma **Biblioteca** e um **Arquivo Municipal** com maior capacidade.

O Município tem a **Escola de Música de Terras de Bouro** em funcionamento em Moimenta, em Rio Caldo e Gerês e continuará a dar apoio em tudo o que for necessário para o seu funcionamento e crescimento, prevendo-se o aumento da oferta formativa, assim como a mudança de instalações no ano de 2026.

Manteremos os passes sociais, valorizando/privilegiando o uso do transporte público e permitindo, a quem tem necessidade de viajar com regularidade, que o possa fazer de uma forma mais acessível, **tendo este passe social uma participação de 90%, no seu valor**.

Outras transferências de competências para o Município serão realizadas, mas ainda sem reflexo nestas Grandes Opções do Plano e do Orçamento.

Com a revisão do **Plano Diretor Municipal (PDM)**, que está em fase de conclusão, esperamos que seja possível proceder à desafetação de terrenos para criar **zonas de construção**. Queremos mais habitação, tendo já sido elaborados projetos de arquitetura e especialidades para Moimenta (Pesqueiras), Balança, Rio Caldo, Vilar da Veiga, Chorense e Gondoriz, Valdosende e Carvalheira. Também prevemos a implantação de **Parques Empresariais** na Balança e em Rio Caldo, sendo que, na Balança e atendendo às infraestruturas existentes, já foi

desenvolvido um projeto e feita a aquisição de mais terreno, para requalificação e ampliação desse parque, estando para breve a submissão de candidaturas.

Para o Vale do Cávado há um projeto preconizado, sendo que os terrenos, com área enquadrável para este fim, são baldios, pelo que será necessário encetar o processo de cedência, por parte dos Conselhos Diretivos e Assembleias de Compartes desses baldios.

É expectável que durante o ano de 2026 seja possível concretizar esses objetivos, possibilitando assim a perspetiva da criação de postos de trabalho.

Avançaremos, igualmente, com a criação de uma Zona de Lazer e Parque Desportivo Municipal.

Pretendemos avançar com o projeto para a construção do armazém municipal, bem como projetar um novo na freguesia de Valdosende.

O SICS CÁVADO - Sistema de Informação Cadastral Simplificado do Cávado (NORTE-09-5762-FSE-000043), que permite definir o cadastro Predial em todo o Concelho, continuará a dar a resposta nesta área.

No que diz respeito ao **património municipal**, iremos prosseguir a sua reabilitação e melhoramento, utilizando os recursos financeiros do Município, as receitas que vão sendo geradas e as candidaturas no âmbito da eficiência energética, ou outras que possam surgir.

No âmbito da Eficiência Energética pretendemos intervir e melhorar o Museu de Vilarinho da Furna; Museu da Geira; Edifício da Câmara Municipal; Centro de Animação Termal do Gerês.

Na verdade, este património, desde o Centro de Animação Turístico do Gerês, o Centro Náutico de Rio Caldo, a Casa dos Bernardos, em St.ª Isabel do Monte, o Museu de Vilarinho das Furnas, o Museu da Geira, o edifício da Fronteira com o museu dos Marcos Miliários, os postos de Turismo, o Centro Cultural, o Centro Interpretativo do Garrano, a Casa do Latim, o edifício da Piscina Municipal e o edifício dos Paços do Concelho necessitam, para além da manutenção regular e absolutamente necessária, de intervenções pontuais e mais alargadas, para fazer face a alguma degradação que, como é normal, vai aparecendo com o decorrer do tempo.

A Casa do Latim, em Covide, será reabilitada e acolherá atividades da Aliança Artesanal, da qual somos sócios fundadores, servindo também para realizar exposições que tenham expressão local, com particular enfoque no mundo rural.

Rentabilizar a Marina, dando-se andamento ao Projeto de **Requalificação e Ampliação** desta importante estrutura de apoio ao turismo aquático, como polo referenciador do nosso Município.

Em 2026 e com a deslocação da Embarcação Turística para o novo ancoradouro, que já ocorreu, pretende-se que com esta nova centralidade da embarcação, se amplie o número de viagens turísticas e, por conseguinte, seja dada uma maior visibilidade e um melhor acolhimento a quantos entram, pelo lado de Vieira do Minho, no nosso território.

O **turismo**, enquanto **eixo estratégico do desenvolvimento concelhio**, continuará a merecer especial atenção. O Município manter-se-á disponível para acolher propostas dos/as agentes de desenvolvimento local, analisar o interesse de novos/as investidores/as e avaliar a pertinência de investimentos que contribuam para reforçar a atratividade do território.

Neste contexto, será promovida a **recuperação das antigas escolas primárias** atualmente desativadas, com vista à sua **reconversão em polos de acolhimento turístico ou estruturas de apoio ao turismo**. Paralelamente, e no âmbito de uma gestão criteriosa do património municipal, poderá ser ponderada a alienação de alguns imóveis, à semelhança do que foi concretizado em Valdosende, sempre que tal se revele a solução mais adequada para a valorização dos mesmos.

Tendo o **Parque Nacional da Peneda-Gerês** como destino de excelência para os amantes da natureza, o Município realizará a **VI edição do IRIS** – Festival de Imagem de Natureza do Gerês, iniciativa que visa divulgar a região, promover um produto turísticos de elevado potencial e contribuir para a redução da sazonalidade. Em articulação com os agentes locais, será igualmente criado um **Festival de Natureza** dedicado ao **Turismo Ativo e de Natureza**.

No ano de 2026, o Município avançará com o processo de **certificação de destino sustentável**, no âmbito do programa **Green Destinations**. Neste mesmo ano, será também publicada a **IV edição da Revista Turística “No Coração da Natureza”**.

A **Taxa Turística**, implementada em 2025 com resultados muito positivos, será mantida. As **receitas obtidas** serão aplicadas na promoção do território, através da **implementação de uma estratégia de comunicação e da produção de conteúdos promocionais**, bem como na melhoria das condições de visitação. Associado à taxa será lançado o **programa “Ficar Compensa”**, que estabelecerá um conjunto de vantagens e benefícios para os visitantes que optem por alojar-se no concelho.

Será, ainda, iniciado o processo de registos fotográficos e produção de um **livro sobre o concelho de Terras de Bouro**.

Os trilhos, cascatas e miradouros - elementos distintivos da experiência turística em Terras de Bouro - **continuarão a ser alvo de ações de manutenção e melhoria**, assegurando condições adequadas de pisoteio, acessibilidade e segurança para residentes e visitantes.

No âmbito da Proteção Civil, continuamos a trabalhar com todos os elementos e entidades que compõem a Proteção Civil Municipal.

Pretendendo-se, igualmente, dar utilidade às Casas Florestais que, atualmente, se encontram devolutas e em estado de degradação, propomo-nos, de acordo com o plano já gizado, reabilitar este edificado, sem alterar as fachadas, para as seguintes atividades:

- **A casa florestal da Leonte poderá servir como infraestrutura para criação de uma exposição permanente relacionada com a água e para disponibilizar informação sobre o turismo *Wellness*, associado ao turismo termal;**
- A casa florestal da **Junceda**, dada a sua localização, permite a criação de um albergue de apoio aos caminheiros que percorrem o trilho GR50, podendo, ainda, conter informação sobre o trilho da Silha dos Ursos, trilho que inicia e termina no mesmo local.
Esta casa florestal teria, essencialmente, uma função de apoio para quem visita o Parque Nacional da Peneda-Gerês;
- A casa florestal da **Costa Grande**, próxima do Santuário de S. Bento da Porta Aberta, serviria os peregrinos que demandam aquele Santuário e que, percorrendo os caminhos de S. Bento que, desde Esposende e num percurso de cerca de 70 (setenta) quilómetros, passam por muitas povoações e montanhas até atingir aquele local, encontrariam ali um lugar de acolhimento e repouso;
- A casa florestal do **Beiral**, em Rio Caldo, pela sua localização, poderá servir como sede para as inúmeras coletividades que desenvolvem atividades na freguesia de Rio Caldo e, em concreto, para sede do Motoclube, ou outra atividade;
- A casa florestal da **Portela do Homem**, junto ao edifício da Fronteira, poderá ser reutilizada para criar um centro interpretativo dos 50 anos do Parque Nacional, através de uma exposição histórica, comemorativa dessa efeméride. Tratando-se de dois edifícios, um deles poderá ficar de apoio à visitação;
- A casa florestal da **Ermida**, na freguesia de Vilar da Veiga, transformar-se-ia num Centro Interpretativo da Cabra Montês. A cabra da Ermida, na serra do Gerês, tem-se afirmado como uma referência na gastronomia e no desenvolvimento local da aldeia comunitária da Ermida, que tem promovido e preservado esta espécie. Este espaço serviria, também, para dar apoio ao Trilho PR 14, Sobreiral de Ermida;
- A casa florestal da **Pedra Bela**, atendendo à sua excelente localização, poderá ser reconvertida num centro interpretativo da Vezeira.

O protocolo celebrado com o Fundo Ambiental já permitiu que, com o projeto de requalificação dos miradouros, as condições de visitação e de segurança fossem melhoradas e

se tornasse uma realidade, perspetivando-se que, com os exemplos conseguidos e concretizados, este apoio e cooperação seja ampliado a outras situações, sendo prova disso, a candidatura ao Fundo Ambiental para a Cascata Fecha das Barjas (Cascata do *Taihti*), cuja obra de melhoria das condições de acessibilidade e segurança já estão em curso.

As comunicações continuam a merecer uma especial atenção nos tempos que estamos a atravessar e, muito embora, já esteja percorrido um longo caminho nessa área, com a disseminação da rede de fibra ótica, não deixaremos de manter a nossa atenção em relação ao território concelhio para dar continuidade a uma melhor e mais ampla cobertura, que atingirá em 2026 cobertura de 100%. Neste sentido, pugnaremos pela colocação de novas antenas para a rede móvel, com particular atenção para a antena de Leonte, há muito projetada e ainda sem concretização, devido aos diversos constrangimentos.

Também a agricultura e os/as nossos/as agricultores/as merecem e podem contar com a nossa atenção e ajuda, pelo que, em 2026, pretendemos continuar a apoiar a **sanidade animal a 100 %**, conforme regulamento em vigor, até ao montante de 850,00€, promovendo a respetiva alteração ao regulamento.

Igualmente, queremos demonstrar a nossa sensibilidade relativamente à fixação das taxas a cobrar pela Câmara Municipal, mantendo-se na taxa mínima o IMI e as deduções máximas em função do agregado familiar, destacando-se, ainda, a **redução de 1% de taxa do IRS**.

Para alcançarmos estes objetivos, queremos continuar a contar com todos/as funcionários/as, os/as terrabourenses, todas as juntas de freguesia, todas as instituições, todas as empresas do concelho e todos/as aqueles/as que, como nós, acreditam que é possível ir mais além e desejam o melhor para Terras de Bouro.

É um orçamento municipal que atinge o montante de **€ 23.767.070** e visa promover o desenvolvimento sustentado do Concelho, assente numa estratégia de racionalização das despesas e na lógica da melhor consolidação orçamental.

Terras de Bouro, 3 de dezembro de 2025

O Presidente da Câmara Municipal.

Manuel João Sampaio Tibo

2. Política Orçamental

O rigor e a transparência na gestão, a par de uma correta aplicação dos dinheiros públicos, são os princípios basilares da política orçamental do Município de Terras de Bouro. A elaboração do orçamento municipal para o ano de 2026 assenta, por isso, nas regras orçamentais estabelecidas no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação.

Nos termos do SNC-AP, o Orçamento Municipal é acompanhado de um Plano Orçamental Plurianual, com um horizonte de 4 anos, tendo-se utilizado como indicador para o efeito, seguindo a sugestão do grupo SATAPOCAL, da DGAL, as Previsões macroeconómicas subjacentes à Proposta de Orçamento do Estado para 2026, do Conselho das Finanças Públicas.

Esta proposta de orçamento do Município de Terras de Bouro, para o ano de 2026, prossegue uma gestão equilibrada, cuidadosa, ponderada e atenta, não deixando de contemplar as prioridades estabelecidas pelo Executivo e os elementares interesses municipais.

Ao nível dos impostos, propusemos a manutenção do **IMI** sobre os prédios urbanos na taxa mais baixa possível, 0,3%, acrescida da dedução prevista no artigo 112.º-A do CIMI, para prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo, a saber:

N.º de dependentes a cargo	Dedução fixa
1	30,00 €
2	70,00 €
3	140,00 €

Mantém-se a derrama fixada para os anos anteriores de 1,4 % sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, bem como uma taxa reduzida de derrama, de 0,1 %, para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse € 150.000,00.

Mantém-se, também a redução de 1% na taxa pretendida pelo município do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Concelho de Terras de Bouro.

Ao nível dos investimentos sem recurso a financiamento comunitário, destaca-se a conclusão da 2ª fase da **Beneficiação da estrada de Choreense a Souto** e o **Melhoramento da estrada Interior de Rio Caldo** (entre o Calvário e a Pedreirinha). Pretendemos, ainda, proceder à **Ampliação do cemitério Municipal de Moimenta**, bem como concluir a **requalificação da**

Capela de S. Brás, na vila de Terras de Bouro, que foi objeto de comparticipação da Direção-Geral das Autarquias Locais.

A estrada que vai das pontes de Rio Caldo para o Gerês (estrada 308) será intervencionada procedendo-se à ampliação da rede de saneamento e à respetiva repavimentação, tendo sido já celebrado, para o efeito, com a Águas do Norte, S.A., um Acordo de Entidades Adjudicantes.

No que ao saneamento e à rede pública de abastecimento de água diz respeito, queremos manter o ritmo dos trabalhos que têm vindo a ser executados e as intervenções, generalizadas, que temos programadas, assim:

- Nos Lugares de Cabenco, Gilbarbedo, Lama, Figueiredo, Vergaço e Levada em Cibões, vai ser resolvido o saneamento, bem como, no Lugar de Padrós e Santa Comba, em Chamoim, onde serão feitas intervenções para resolver as redes de água e saneamento;
- No lugar de Vilarinho, freguesia de Valdosende vai completar-se o saneamento nos próximos dois anos.

Continua a ser necessária a requalificação e beneficiação, do **Museu da Geira** e do **Centro de Animação Turística do Gerês**, tendo-se submetido candidaturas ao NORTE 2030 – Mais Eficiência Energética, para o efeito, com investimentos elegíveis de, respetivamente, € 204.175,78 e € 997.113,84. Tentaremos ainda submeter candidaturas a este programa para as intervenções que se pretendem executar no **Museu de Vilarinho da Furna** e no **Edifício da Câmara Municipal**.

Quanto à **Reabilitação do Bairro da EDP**, em Valdosende, foi aprovada a respetiva candidatura, estimando-se o lançamento da intervenção no decorrer do ano de 2026, assim como da **Requalificação Urbana – Rio Caldo**.

Pretendemos, ainda, para o ano de 2026, avançar com os Projetos de Arquitetura e Especialidades, tal como preparar todos os processos, para concretização das seguintes intervenções:

- **Zona de Lazer da Barca, Rio Caldo**, onde será recuperada a antiga **Casa do Barqueiro** (projeto a concluir);
- **Ciclo Urbano da Água** (submetida a candidatura);
- **Reabilitação da Escola Básica e Secundária de Terras de Bouro** e da **Escola Básica de Rio Caldo** (candidaturas a submeter);
- **Requalificação e Apetrechamento de Centro Cultural** (submetida a candidatura);

- **Parque Empresarial da Balança** (submetida a candidatura);
- **Loteamentos em Moimenta e Rio Caldo para habitação** (projeto);
- **Requalificação e Beneficiação do Caminho da Cachoeira (Rio Caldo) à Central** (Vilar da Veiga) 1.ª fase;
- **Ampliação da zona de estacionamento automóvel no Centro Náutico de Rio Caldo** e aumento da plataforma para amarração de embarcações de recreio (candidatura submetida).

A situação do grande volume de obras que o Município pretende concretizar é a seguinte:

- **Ecovia do Cávado e Homem** - Troço de Moimenta, Balança, Ribeira e Souto, 3ª fase (com lançamento do Concurso público, em meados de 2026) e candidatura para a 4ª fase;
- **Bairro da EDP** – Valdosende;
- **Zona de Lazer e Visitação – Carvalheira** (junta de Freguesia) – Projeto elaborado;
- **Zona de Lazer e Visitação – Covide** (Junta de Freguesia) - Projeto elaborado;
- **Canil Municipal** – Gondoriz – abertura no decurso do ano;
- **Centro Cultural de Terras de Bouro** – abertura no decurso do ano.
- **Museu de Vilarinho da Furna** – Eficiência Energética – Aguarda novo Aviso;
- **Piscina Municipal exterior** (descoberta) – Vila de Terras de Bouro (a candidatar);
- **Controlo de Invasoras Lenhosas** - Novas candidaturas a submeter em parceria com os Baldios e o ICNF;
- **Minho Região Europeia da Gastronomia** – Cabrito Biológico da Serra do Gerês (processo concluído);
- **Requalificação Urbana de Rio Caldo** – Lançamento de concurso;
- **Projeto de Ampliação do Cemitério Municipal da Vila de Terras de Bouro** - Lançamento de concurso;
- Conclusão da **Requalificação da Capela de S. Brás** na Vila de Terras de Bouro – Protocolo com a Paróquia de Moimenta/Candidatura à DGAL para apoio à obra;
- Apoio à beneficiação da **Igreja de Pereiró**, em Vilar da Veiga; **Capela de S. Bento**, em Travassos e **Capela Mortuária da Balança**;
- Implementação da **Biblioteca Itinerante**, dando assim cumprimento à candidatura que foi aprovada para esse fim.
- Recuperação da **Trincheira do Campo do Gerês**, como elemento referenciador da defesa do território, desde a Idade Média.

- Projeto para **Armazém Municipal** – Lançamento de concurso.
- Aquisição de terrenos e elaboração de projetos para implantação de **Campo de Futebol Municipal, Zona de Lazer, UCC, Centro Escolar, Jardim de Infância e Biblioteca.**

2.1. Apresentação Geral do Orçamento

O orçamento para o ano de 2026 apresenta uma previsão global de **€ 23.767.070.**

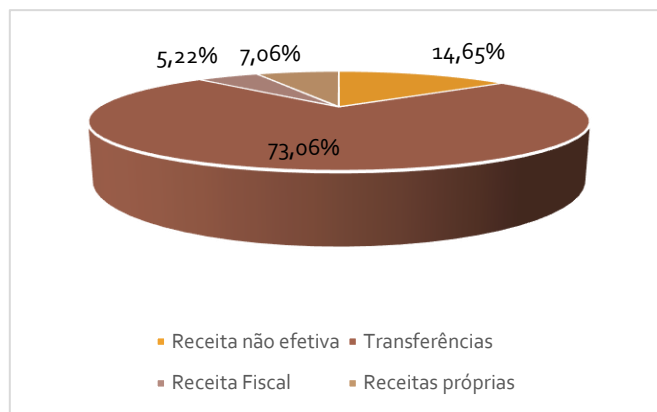
A receita corrente fixar-se-á em **€ 14.340.224** que suportará a despesa corrente previsional de **€ 12.146.943**, enquanto a receita de capital se fixará em **€ 5.944.146** e a despesa de capital em **€ 11.240.027**. Ao nível das receitas não efetivas está prevista a arrecadação de **€ 3.482.700** sendo a despesa não efetiva orçada em **€ 380.100.**

Quadro-resumo das Receitas e das Despesas

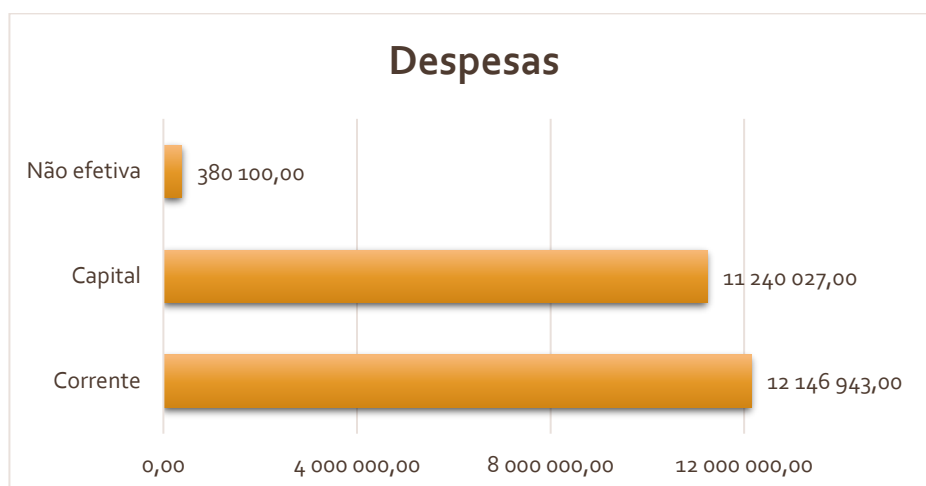
Receitas			Despesas		
Receita Efetiva			Despesa Efetiva		
	Receitas Correntes			Despesas correntes	
R1	Receita fiscal	1 241 634,00	D1	Despesas com o pessoal	8 116 700,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	339 429,00	D2	Aquisição de bens e serviços	3 077 600,00
R4	Rendimentos de propriedade	526 302,00	D3	Juros e outros encargos	144 093,00
R5	Transferências Correntes	11 420 590,00	D4	Transferências correntes	603 950,00
R6	Venda de bens e serviços	801 282,00	D5	Subsídios	50 100,00
R7	Outras receitas correntes	1 987,00	D6	Outras despesas correntes	154 500,00
	Total das Receitas Correntes	14 340 224,00		Total das despesas correntes	12 146 943,00
	Receitas de Capital			Despesas de capital	
R8	Venda de bens de investimento	600,00	D7	Aquisição de bens de capital	10 982 027,00
R9	Transferências de Capital	5 943 346,00	D8	Transferências de capital	257 000,00
R10	Outras Receitas de Capital	100,00	D9	Outras despesas de capital	1 000,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	100,00			
	Total das Receitas de Capital	5 944 146,00		Total das Despesas de Capital	11 240 027,00
	Total Receita Efetiva	20 284 370,00		Total Despesa Efetiva	23 386 970,00
Receita Não efetiva			Despesa Não efetiva		
R12	Receita com ativos financeiros	100,00	D10	Despesas com ativos financeiros	
R13	Receita com passivos financeiros	3 482 600,00	D11	Despesas com passivos financeiros	380 100,00
	Total Receita não efetiva	3 482 700,00		Total da Despesa não efetiva	380 100,00
	Receita Total	23 767 070,00		Despesa Total	23 767 070,00

As projeções efetuadas continuam a demonstrar a elevada dependência do Orçamento Municipal das transferências de entidades externas, seja do Orçamento do Estado, seja de subsídios ao investimento, no âmbito de programas comunitários. O valor

das transferências representam cerca de 73,1%, ao passo que as receitas próprias correspondem a cerca de 7,1% do total das receitas. A receita não efetiva, representará, em 2026, cerca de 14,7% do total das receitas.



No que se refere à despesa, em 2026, as despesas de natureza corrente apresentarão um peso de cerca de 51,1%, do total das despesas, as de capital, 47,3% e a despesa não efetiva 1,6%.



O saldo corrente registará um **superavit de € 2 193 281**, o qual servirá para financiar despesas de capital.

Sem prejuízo do princípio do equilíbrio orçamental considerado no n.º 1 do artigo 40.º do RFALEI, evidenciado pelo saldo corrente

Receita Corrente	14 340 224,00
Despesa Corrente	12 146 943,00
Poupança corrente (n.º 1 art.º 40.º RFALEI)	2 193 281,00
Amortização Média de Empréstimos	545 780,43
Poupança corrente (n.º 2 art.º 40.º RFALEI)	1 647 500,57

acima exposto, este Regime determina ainda, no n.º 2 do mesmo artigo que a receita corrente

bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

O cálculo da amortização média de empréstimos do Município de Terras de Bouro, que se apresenta como Anexo.1, ao presente relatório, foi efetuado em cumprimento daquela norma legal, na sua atual redação, e apresenta um valor de € 545 780,43.

A presente proposta de orçamento cumpre esta regra, apresentando para 2025 uma previsão de excedente de **€ 1 647 50,57**.

Previsão das receitas

Em 2026 prevê-se que a receita municipal ascenda a **€ 23 767 070**, representando um aumento de cerca de 40,5% relativamente ao ano de 2025, sendo € 14 340 224 de natureza corrente, € 5 944 146 de capital e € 3 482 700 relativos a receita não efetiva.



No cálculo das receitas correntes, as importâncias relativas aos impostos, taxas e preços, foram calculadas segundo a média aritmética simples dos últimos 24 meses, conforme previsto, na alínea a) do ponto 3.3. das considerações técnicas do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias

Locais (POCAL), na sua atual redação.

As receitas relativas a Vendas de bens de investimento apresentam um valor residual, apenas para abertura das respetivas rubricas.

Ao nível das transferências prevê-se a arrecadação de € 5 212 513,09 relativos a candidaturas aprovadas no âmbito dos fundos comunitários e ainda não reembolsadas ao município, bem como, de protocolos celebrados com entidades da Administração Central, devidamente identificadas no Anexo.2 do presente relatório.

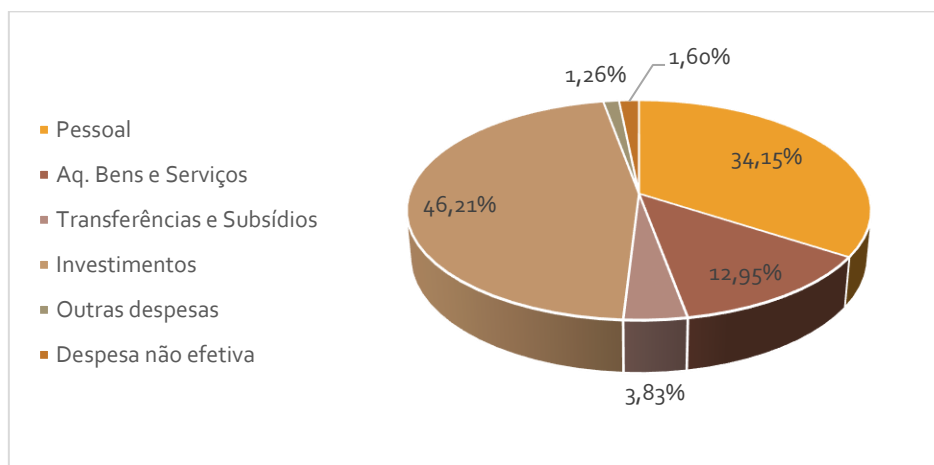
As restantes receitas foram calculadas através do método da avaliação direta, partindo-se da verba prevista no orçamento para o ano anterior e das receitas efetivamente arrecadadas, tendo por certo que não se verificarão alterações significativas no seu comportamento.

Acresce que as transferências da Administração Central apresentam, para 2026, o valor inscrito na Lei do Orçamento de Estado de 2025, visto que, à data de elaboração desta proposta de documentos previsionais, não foram ainda publicados os valores das transferências a efetuar para os municípios no ano de 2026.

Previsão das despesas

A despesa municipal para 2026, repartida por despesa corrente (€ 12.146.943) despesa de capital (€ 11.240.027), e despesa não efetiva (€ 380.100), prevê-se, pelo somatório destas três parcelas, que atinja os **€ 23.767.070**.

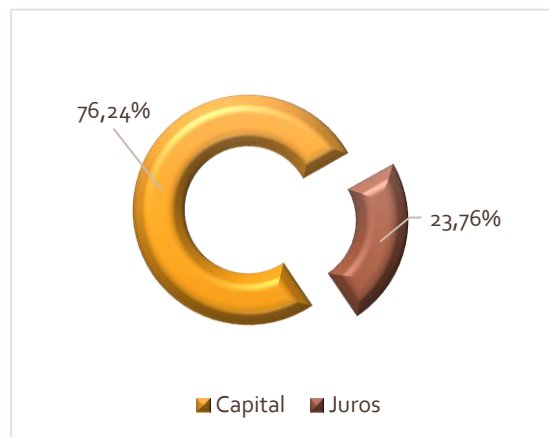
A rubrica com maior peso no capítulo das despesas é a rubrica de Investimentos, que representa cerca de 46,2% do total das despesas, seguida das Despesas com o Pessoal (34,2%), Aquisição de Bens e Serviços correntes (13%) e das Transferências e Subsídios (3,8%).



Serviço da dívida

O serviço da dívida, que inclui as amortizações e juros a pagar, totaliza € 487.748, conforme discriminado no Anexo.3 ao presente relatório. Deste valor 76,2% corresponde a amortização de capital e 23,8% a juros, o que reflete o efeito do desagravamento das taxas de juro de referência, pelo Banco Central Europeu.

Considerando a característica de plurianualidade que os novos normativos legais pretendem dar aos documentos previsionais da Administração Pública, anexa-se, como Anexo.4, mapa com a previsão das amortizações e capital em dívida da totalidade dos empréstimos do Município de Terras de Bouro, num horizonte de 4 anos (2026 – 2029).



O executivo municipal, no decurso do ano de 2026, além das normais amortizações, pretende proceder à amortização antecipada de contratos de empréstimo, até ao montante de € 250.000, o que representará em sede de primeira modificação orçamental modificativa, ao reforço da respetiva rubrica orçamental.

Demonstrações financeiras previsionais

Conforme dispõe o n.º 17, do ponto 6, da Norma de Contabilidade Pública n.º 1 (NCP 1), do SNC-AP, as entidades públicas devem preparar demonstrações financeiras previsionais, designadamente balanço, demonstração de resultados por natureza e demonstração de fluxos de caixa, que devem ser aprovadas pelos órgãos de gestão competentes.

De entre as características qualitativas da informação contabilística, previstas no SNC-AP, encontra-se a comparabilidade que se traduz na possibilidade dos utilizadores das demonstrações financeiras identificarem semelhanças e diferenças entre dois períodos de relato.

Gestão de recursos humanos

A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, dispõe, no seu artigo 28.º, que o *empregador público deve planear para cada exercício orçamental as atividades de natureza permanente ou temporária, tendo em consideração a missão, as atividades, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis* (n.º 1). Este planeamento deve incluir *eventuais alterações a introduzir nas unidades orgânicas flexíveis, bem como o respetivo mapa de pessoal* (n.º 2).

O n.º 4 do artigo 29.º refere que o mapa de pessoal é aprovado pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento.

No contexto de uma dada organização, o posto de trabalho designa o trabalho específico cuja caracterização deve concretizar-se em função da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar, do cargo ou carreira que lhe corresponda e, dentro de cada carreira ou categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular e do perfil de competências transversais da respetiva carreira e, ou, categoria, complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho (cfr. artigos 28.º a 31.º e 80.º da LTFP).

Neste enquadramento, é refletida no mapa de pessoal para 2026, a descrição de funções de todos os postos de trabalho da Câmara Municipal de Terras de Bouro.

O Mapa de Pessoal para 2026 assume-se, portanto, como uma ferramenta fundamental na gestão dos recursos humanos, nomeadamente, nos processos de recrutamento e seleção, mobilidade, avaliação de desempenho e levantamento das necessidades formativas.

Durante o exercício de 2026, a Câmara Municipal iniciará o processo de criação e implementação da **Polícia Municipal**, ao abrigo da Lei n.º 19/2004, de 20 de maio, na sua redação atual.

A criação da **Polícia Municipal** compete, nos termos do artigo 11.º, da referida Lei, à Assembleia Municipal e formaliza-se pela aprovação dos respetivos regulamento da polícia municipal e quadro de pessoal. A eficácia daquela aprovação depende de ratificação por resolução do Conselho de Ministros.

Proceder-se-á à **Reorganização dos Serviços Municipais**, ajustando o organigrama municipal às novas exigências e competências que têm sido transferidas para as autarquias Locais.

Pretende-se, também, criar um **Programa Municipal de estágios remunerados**, destinado a naturais ou residentes no concelho, há mais de 4 anos, pelo período de um ano, ou pelo período necessário para inscrição em Ordem Profissional, se superior a um ano, em condições a regulamentar no decurso do ano de 2026. Serão excluídos deste Programa, os candidatos que realizem estágio na Câmara Municipal de Terras de Bouro, ao abrigo do **Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL)**, ao qual o município se candidatará em caso de abertura do respetivo concurso, por parte da Administração Central.

Face às disposições legais referidas, propõe-se que **a Assembleia Municipal aprove o Mapa de Pessoal**, para o ano de **2026**, constante de documento autónomo aos presentes documentos previsionais, resumidamente, caracterizado pela tabela seguinte:

Cargo Carreira	Categoria	Total	Postos de trabalho				Cativos
			Por tempo indeterminado		A termo resolutivo		
			Ocupados	Livres	Ocupados	Livres	
Dirigente Intermédio de 2.º Grau		4	4				
Coordenador Municipal de Proteção Civil		1	1				
Técnico Superior	Técnico Superior	74	51	19	4		7
Assistente Técnico	Coordenador Técnico	15	14	1			
Assistente Técnico	Assistente Técnico	37	35	2			
Assistente Operacional	Encarregado Operacional	9	5	4			
Assistente Operacional	Assistente Operacional	201	148	39	10	4	2
Auxiliar	Mestre de tráfego fluvial	1	1				
Auxiliar	Motorista prático de tráfego fluvial	3	3				
Fiscal Municipal	Fiscal Municipal	2	2				
Informática	Especialista de informática	2	1	1			
Informática	Técnico de Informática	6	6				
Total Câmara Municipal		355	271	66	14	4	9

2.2. Grandes Opções do Plano (GOP)

As Grandes Opções do Plano para o ano de 2026 correspondem à estratégia delineada no Compromisso Eleitoral apresentado aos/às eleitores/as e que foi sufragado no ato eleitoral do dia 12 de outubro de 2025.

Esse compromisso que queremos ver concretizado ao longo do presente mandato, assenta em vetores essenciais já devidamente escarpelizados, que são o reflexo das necessidades básicas da população e antevê a implementação de ações, absolutamente necessárias, ao desenvolvimento global do território concelhio.

Porém, ainda vivemos um tempo de verdadeira crise e incerteza. Um tempo dominado pela permanência de guerras que, ao prolongarem-se no tempo, estão a destruir a dinâmica económico-financeira, nas mais diversas vertentes.

Neste contexto torna-se muito mais difícil fazer previsões, assumir compromissos e planear o futuro, pois não temos a certeza do que ainda poderá advir.

Mesmo assim, movidos pela coragem que nos impeliu e impele para a causa pública e o serviço às gentes de Terras de Bouro, queremos seguir a rota traçada e o rumo apontado.

Queremos construir um futuro melhor para todos/as e trazer para o exercício político a afirmação do dever, demonstrado pelo trabalho e pela obra feita.

Assim, estamos apostados em:

Administração municipal

- Criação de **dois armazéns municipais**, no Vale do Homem (candidatura aprovada) e no Vale do Cávado (realizar projeto para Valdosende);
- Avaliar permanentemente a **qualidade dos serviços** prestados e do atendimento para saber o grau de satisfação dos/as terrabourenses;
- Continuação da implementação do **Portal de Serviços Online** para pedidos, licenças, pagamentos e acompanhamento em tempo real de processos administrativos;
- Apostar em assinaturas digitais e processos eletrónicos, reduzindo prazos de resposta;
- Manter as reuniões periódicas com as Juntas de Freguesia;
- Desenvolver uma política de redução dos custos operacionais;
- Criar o Projeto **“O Dia do Jovem Autarca”**, em colaboração com o Agrupamento de Escolas;
- Continuar a melhorar os espaços verdes e de jardins do nosso Concelho;

- Melhoria e colocação de sinalética, vertical e horizontal, em todo o território concelhio;
- Colocação de rails nas zonas que apresentam mais perigo na rede viária;
- Melhorar a acessibilidade ao Pavilhão e à Piscina Municipal, na Vila de Terras de Bouro;
- Requalificação do Salão Nobre da Câmara Municipal;
- Construção de Multiusos na vila de Terras de Bouro;
- Construção de Multiusos na vila do Gerês;
- Construção do Armazém Municipal na Balança;
- Construção de Armazém Municipal no Vale do Cávado (Valdosende);
- Projetos de Eficiência Energética do edifício da Câmara Municipal, Museu da Geira e Centro de Animação da Vila do Gerês.
- Reforçar o quadro técnico de funcionários para a realização de trabalhos Externos.

Associativismo

- Apoiar os **grupos e associações desportivas, culturais e recreativas** do concelho, de acordo com o seu plano de atividades, assegurando um modelo transparente de colaboração e apoio efetivo, enquanto parceiros de valorização humana, social e cultural;
- Fomentar na juventude o gosto pelo **associativismo e voluntariado**;
- Apoiar o Clube de Caça e Pesca na requalificação do **Campo de Bustelo**.

Economia

- **Criar dois polos empresariais**, no Vale do Homem e no Vale do Cávado, de forma a incluírem a criação de espaços para **incubação de empresas a disponibilizar aos/às jovens** que pretendam desenvolver ideia/projeto de negócio;
- Incentivar e apoiar projetos de **infraestruturas turísticas** apresentadas pelos/as munícipes;
- Projeto / aquisição de terreno para a Criação de Parque Empresarial;
- Procurar e apoiar **investidores/as para o Concelho**, divulgando as suas potencialidades;
- Dinamizar a Feira do **Cabrito Biológico da Serra do Gerês** e a **Feira-Mostra de S. Martinho**;
- Capitalizar os **Domingos Gastronómicos**, enquanto fator de dinamização comercial;

- Trabalhar em cooperação com a **Irmandade de S. Bento da Porta Aberta**, de forma a reforçar a promoção e valorização do Santuário e do seu potencial;
- Reivindicar e ajudar a criar um **regime de contrapartidas** (nomeadamente fiscais) para as pessoas que vivem e têm a sua atividade dentro do território.

Proteção civil

- Manter atualizado o **Plano Municipal de Defesa da Floresta e Combate aos Incêndios**;
- Apoiar financeiramente os **Bombeiros Voluntários de Terras de Bouro** e os núcleos concelhios da **Cruz Vermelha Portuguesa**;
- Apoiar as brigadas de **sapadores florestais** do Concelho;
- Criar **Equipa de Sapadores dos Rios**, valorizando, assim, os nossos rios e ribeiros;
- Criação da **Polícia Municipal**.

Turismo

- Elaborar um “**plano estratégico**”, em parceria com o ICNF, que servirá de suporte a um ordenamento sério, para facilitar a aplicação de medidas corretivas a algumas restrições do ordenamento atual;
- Criação de casas de banho públicas para apoio aos turistas;
- Apoiar as **Termas do Gerês e Termas da Moimenta**;
- Melhorar sinalética identificativa dos principais pontos de interesse turístico e patrimonial do Concelho;
- Continuar a requalificação das **Margens da Albufeira da Caniçada**, incluindo as infraestruturas de apoio à **Praia do Alqueirão**;
- Criar parques de estacionamento de apoio às Praias das margens da Albufeira da Caniçada;
- Tentar criar **zonas de lazer** em **Vilarinho das Furnas, Barca, Cubos e Cachoeira**;
- Valorizar as potencialidades do Rio Homem, através da criação e conclusão de espaços de lazer e praias fluviais em Carvalheira, Chamoim/Gondoriz, Moimenta, Balança e Souto;
- Construir pequenos “açudes balneares” no Rio Gerês e no Rio Homem;
- Construir piscina exterior, inserida em projeto de valorização do **espaço de lazer de Quintela** – Chorense;

- Recuperar o **Portal VisitGerês** e desenvolver aplicações para telemóvel com roteiros turísticos do Concelho, que incluam informações sobre pontos de interesse, restauração, alojamento e serviços;
- Produzir conteúdos multimédia, nomeadamente pequenos filmes publicitários, de modo a divulgar as potencialidades turísticas do concelho (Vilarinho da Furna, Geira Romana, Mata da Albergaria, Trilhos Pedestres, Rios e Albufeiras);
- Construção de **piscinas de águas quentes na Vila Termal do Gerês** em parceria com a Empresa Concessionária;
- Requalificar e dinamizar o **Centro de Animação Turística**;
- Pugar pela instalação de um Teleférico entre S. Bento da Porta Aberta e a Pedra Bela, estando já o estudo prévio a ser realizado, concorrendo para uma maior atração turística e reordenamento do trânsito intra-serra.
- Combater a sazonalidade:
 - Organizar e apoiar eventos – Gerês GrandFondo; Gerês TrailAdventure, Gerês Marathon; Ultra Trail da Geira, Troféu de Orientação do Minho e o TrailRunning;
 - Promover eventos locais no âmbito da “Braga Romana”, em parceria com municípios vizinhos e Braga;
- Criar **trilhos cicláveis de BTT** segundo normas internacionais, assim como, uma infraestrutura coberta de apoio à prática dessa modalidade, em parceria com a ADRC Chorense e com a InNature;
- Limpar, sinalizar e divulgar os **trilhos pedestres**, como produto turístico de excelência;
- Colaborar com a Associação Gerês Viver-Turismo (GVT);
- Dinamizar o **Caminho de Santiago pela Geira**, em parceria com Ayuntamiento de Lóbios;
- Recuperar a **Geira Romana** (troço da via romana melhor preservada na Europa) e, conjuntamente com o Museu da Geira, transformá-la num produto turístico de referência;
- Requalificação de casas florestais já protocoladas com o ICNF;
- Melhorar e estender a Animação de Verão à sede do Concelho, ao Campo do Gerês e a Rio Caldo, envolvendo os hoteleiros na sua divulgação;
- Continuar a melhorar as condições de acolhimento e divulgar a Casa dos Bernardos;
- Rentabilizar a Marina e Barco Rio Caldo, procedendo-se à ampliação da capacidade de estacionamento automóvel e, dentro do que o Plano de Ordenamento da Albufeira da Caniçada permitir, prolongar os pontões para responder a um maior número de ancoramento de embarcações de recreio;

- Construir a **3ª fase da ecovia** do rio Homem entre Souto e Moimenta;
- Promover a valorização ambiental da Ribeira de Rodas - Campo do Gerês;
- Construir **Eco-Trilho Moimenta - Campo do Gerês**;
- Requalificar o edifício do Centro de Animação do Gerês (CAT) para implementar um Posto e loja interativa de Turismo e espaço de exposições;
- Requalificar o Museu de Vilarinho da Furna;
- Modernizar e implementar soluções multimédia interativas na Porta do Parque (Campo do Gerês);
- Modernizar e implementar soluções multimédia interativas no Museu da Geira (Campo do Gerês);
- Requalificar e modernizar os Postos de Turismo;
- Promover um Festival de Natureza para a promoção do Turismo Ativo como forma de apostar no turismo de aventura e desporto de natureza (canyoning, escalada, trail, BTT);
- Criar o programa “**FICAR COMPENSA**” definindo um conjunto de vantagens e descontos para quem ficar alojado no Concelho;
- Promover redes de cooperação entre alojamento, restauração, guias e operadores turísticos;
- Lançar uma campanha multicanal de promoção turística, destacando o Gerês como destino atrativo durante todo o ano, com enfoque especial na época baixa;
- Promover o concelho em Feiras de Turismo (nacionais e internacionais);
- Dinamizar eventos culturais e tradicionais durante todo o ano, para atrair visitantes fora da época alta;
- Definir, em parceria com os operadores turísticos, a aplicação das receitas da Taxa Turística;
- VI Edição do Festival Iris – Festival de Imagem do Gerês;
- Produção de livro fotográfico sobre o concelho.

Educação

- Aquisição de terreno para a construção de **Jardim de Infância e Centro Escolar em Moimenta**;
- Realizar obras de beneficiação nas **Escolas do Gerês, Rio Caldo e Terras de Bouro**;
- Criação de uma sala **polivalente na Escola do Gerês** com biblioteca e cozinha;
- **Oferta de manuais até ao 12º Ano**;

- Alargar o apoio em cadernos de atividades a alunos/as de outros ciclos de ensino, complementando a oferta do Estado para os manuais;
- Oferecer um “pack” de material escolar aos alunos, de forma a reduzir o esforço financeiro das famílias nesta época do ano;
- Concretizar projetos de **prevenção do insucesso escolar e abandono escolar**, incluindo a valorização do apoio ao estudo para todos/as os/as alunos/as do concelho;
- Estimular cursos de **formação profissional e educação de adultos**, nomeadamente através de parcerias com a EPATV, a ATAHCA e o IEFP;
- Continuar a conceder **bolsas de mérito** a alunos/as das escolas do concelho, envolvendo instituições e empresas;
- Subsidiar os/as alunos/as do **ensino superior**;
- Disponibilizar o acesso gratuito das Piscinas Municipais às escolas e à nossa população mais idosa com idade superior a 65 anos;
- Manter o estudo acompanhado e atividades educativas e lúdico pedagógicas no Centro Municipal de Valências e na freguesia de Rio Caldo;
- Manter o **ATL** nos períodos de interrupção letiva (Natal, Páscoa e Verão);
- Fomentar a **Educação Inclusiva** junto do nosso Agrupamento de Escolas.

Saúde

- Criação do **Bloco Operatório em ambulatório**;
- Lançar concurso público para a criação da **Extensão de Saúde de Rio Caldo**, deslocando-a para o edifício da antiga escola básica;
- Propor à ARS Norte o **alargamento de horário** no Verão e **reforço do corpo clínico** na Extensão de Saúde de Rio Caldo;
- Incentivos aos médicos para prestação de serviço no concelho, de forma a compensar despesas extraordinárias de deslocação;
- Reforçar o apoio na comparticipação de medicamentos a pessoas carenciadas;
- Criar uma **unidade de saúde móvel**, com capacidade para rastreio e consultas médicas de forma regular nas freguesias, de modo a promover um serviço integrado de proximidade;
- **Gabinete de Apoio à Família** respondendo nas áreas de enfermagem, nutrição, terapia da fala, psicologia e cuidados médicos;

- Promover a criação de uma **Unidade de Cuidados Continuados** na Quinta de Vau (Ribeira);
- Incentivar e apoiar a criação de um Lar Residencial para adultos com deficiência, Centro Social da Paroquia de Souto;
- Celebração de protocolo com a ULS Braga para cobertura de carência de pessoal nos serviços públicos de saúde no Concelho.

Ação social

- Criar o **Gabinete de Apoio à Pessoa Idosa**, em articulação com a GNR e Juntas de Freguesia;
- Lançar a figura de **Provedor do Idoso no Município**, com o objetivo de prestar ajuda e apoio a pessoas da terceira idade no acesso a serviços públicos. Protocolo já assinado;
- Promoção de **atividades intergeracionais**, estimulando o convívio e a transmissão de conhecimentos das pessoas idosas aos mais jovens;
- Dinamizar o **Banco Local de Ajudas Técnicas** para disponibilização de camas articuladas, cadeirões, cadeiras de rodas e material ortopédico, entre outros equipamentos;
- Estimular a **Loja Social para apoio a famílias carenciadas** com roupa, calçado, brinquedos, móveis e alimentos;
- Dar continuidade ao projeto **1º Direito – Programa de Acesso ao Acesso à Habitação**, apoiando a melhoria das condições de habitabilidade das famílias mais carenciadas;
- Dinamizar os projetos relacionados com o **envelhecimento ativo**, nomeadamente Envelhecer a Sorrir e Bem Envelhecer (tais como passeios, convívios, sessões de ginástica, hidroginástica, uso de novas tecnologias, jogos populares, entre outros);
- Realizar o **Encontro Anual da Pessoa Idosa**;
- Piscinas gratuitas para pessoas com mais de 65 anos;
- Organizar **intercâmbios de férias** para jovens e pessoas idosas;
- Continuar a atribuir o **subsídio à Natalidade** (aumentando o apoio para aquisição de vacinas não incluídas no Plano Nacional de Vacinação ou artigos de puericultura e alimentares);
- Assegurar o **transporte gratuito** a doentes crónicos e oncológicos para consultas;
- Garantir o **apoio técnico e financeiro** a todas as IPSS's, como parceiros indispensáveis à coesão social;

- Continuar a pagar 90% do passe de transporte públicos de passageiros aos trabalhadores, desempregados e pensionistas do concelho.

Habitação

- Aquisição de terrenos para habitação em Pesqueiras / Moimenta;
- Loteamento de Chá-da-Ermida (Protocolo com o ICNF);
- Continuar a apoiar as famílias nas candidaturas ao Programa 1.º Direito, de acordo com as carências habitacionais identificadas na Estratégia Local de Habitação de Terras de Bouro;
- Reabilitar 46 fogos distribuídos por várias freguesias do concelho, com projetos e estudos já concluídos e certificados energéticos emitidos;
- Apoiar diretamente 25 famílias (beneficiários diretos), com candidatura apresentada ao Programa 1.º Direito, nomeadamente através da elaboração de projetos de execução, da outorga do contrato de financiamento com o IHRU, I.P., da celebração do contrato de empreitada, da execução e conclusão do projeto, nos termos e condições aprovadas;
- Adquirir e reabilitar 6 fogos, já com contrato-promessa assinado;
- Adquirir 97 fogos através de processos públicos de oferta, reforçando o parque habitacional municipal;
- Solicitar ao IHRU a aprovação das candidaturas e contratos de financiamento, de modo a dar resposta urgente às necessidades habitacionais da população;
- Garantir acompanhamento técnico e administrativo a todas as candidaturas, mantendo atualizados os processos dos beneficiários diretos;
- Reforçar o parque habitacional municipal, combatendo as carências habitacionais existentes.

Ambiente, água e saneamento

- Otimizar a rede concelhia de **abastecimento de água**, enquanto bem essencial que não pode faltar a nenhum terrabourense;
- Reforçar a rede de **saneamento básico** como prioridade estratégica do concelho, através da construção de novas ETAR's, otimização do funcionamento das existentes e instalação de fossas biológicas;

- Melhorar a **recolha de resíduos sólidos**: alargamento dos circuitos de recolha e criação de sistema de resposta rápida a situações problemáticas através de equipa de intervenção;
- Apostar nas **energias renováveis**, rentabilizando as potencialidades nesta área como nova fonte de receita para investimento no concelho;
- Apoiar a criação de mais postos de abastecimento para veículos elétricos, para além dos 8 já criados no concelho;
- Melhorar o serviço de reparação de abastecimento de água, mantendo um piquete em permanência;
- Limpar, com maior frequência, os locais turísticos mais visitados;
- Proceder ao levantamento e erradicar as fontes poluidoras ao longo dos cursos de água.

Agricultura

- Criar um **Centro de Dinamização Empresarial de Produtos Regionais**;
- Dinamizar o **Gabinete do Agricultor**;
- Criar e dinamizar **postos de venda** de produtos agrícolas;
- Apoiar as Associações de Apicultores/as na promoção e certificação do **mel**;
- Apoiar a **reabilitação** de infraestruturas agrícolas (espigueiros, alpendres, sequeiras) através de possíveis candidaturas a fundos comunitários;
- Apoiar na abertura e conservação de **caminhos agrícolas** ou de consortes e regadios;
- Apoiar os produtos de **agricultura biológica**;
- Apoiar, valorizar e promover a **carne de bovino e de caprino**;
- Reforçar o **apoio médico veterinário**;
- Garantir o funcionamento da equipa de extinção da **vespa asiática**;
- Apoiar a **sanidade animal a 100%**, até ao montante de 850€, promovendo a adequada alteração ao respetivo regulamento municipal.

Urbanismo

- Criar **loteamentos** para apoio à construção, tendo em conta os 97 fogos habitacionais candidatados ao Programa 1.º Direito/PRR;

- Requalificar a **zona ribeirinha na vila do Gerês**, desde o Parque Tude de Sousa até à Assureira: proceder à limpeza e criar áreas de lazer, zonas pedonais, ecovias e parque urbano;
- **Construir passeios pedonais:**
 - Da Batoca ao Zanganho, no Gerês – candidatado;
 - Em Covide, da Capela de St.ª Eufêmia ao Calvário;
 - Rio Caldo, das Pontes à Pedreirinha;
 - No Campo do Gerês à Guarda (Campo do Gerês).
- Reabilitação urbana em Rio Caldo – candidatura aprovada;
- Procedimento a decorrer para a realização do Plano de Pormenor do “Campo do Bilinho”, em Vilar da Veiga;
- Construir o **Parque da Vila do Gerês**;
- Construir **central de camionagem** na Vila de Terras de Bouro;
- Construir casas mortuárias em diversas freguesias;
- Promover e apoiar a requalificação de centros cívicos/juntas de freguesia e áreas públicas que reforcem a atratividade das freguesias, como são os casos dos largos junto às igrejas de Souto, Balança, Valdosende, Vilar da Veiga, Rio Caldo, Brufe, Chorense e Carvalheira;
- Requalificar o Largo da Eira e a Praça Dr. José Araújo e Largo Padre Martins Capela, na Vila de Terras de Bouro;
- Reabilitação da Casa da Barca, em Rio Caldo, dotando-a de um bar, instalações sanitárias de apoio à “praia”, e espaço memória da Barca;
- Conclusão da Revisão do PDM (Plano Diretor Municipal) e respetiva discussão pública;
- Pugnar pela revisão do PEAC (Plano Especial da Albufeira da Caniçada) e PEPNPG (Plano Estratégico do Parque Nacional da Peneda Gerês) e respetiva publicação em Diário da República;
- Inaugurar o canil municipal, promovendo maior salubridade pública e saúde animal;
- Requalificação do Bairro da EDP.

Mobilidade/Acessibilidades

- **Requalificar as estradas municipais:**
 - Admeus de Cima / Bairros;
 - Romão / Ponte de Salto;

- Alqueirão até a vila do Gerês;
 - Caminho interior Paredes-Carvalheira e Barragem de Vilarinho das Furnas;
- Pugnar necessidade da **requalificação da Estrada Nacional** entre Souto e Rio Caldo junto da Infraestruturas de Portugal, de acordo com o estudo prévio a elaborar;
- Estabelecer uma parceria com a Câmara Municipal de Amares para a pavimentação da estrada entre os **Quatro Caminhos** (Chorense) e N.º S.º da Abadia;
- Melhorar **acessibilidades no interior das freguesias** em colaboração com as Juntas de Freguesia;
- Promover a requalificação da estrada entre **Pereiró / Central Elétrica, Vilar da Veiga e a Cachoeira (Rio Caldo)**, criando áreas de estacionamento e implementação de uma ecovia;
- Instalar **iluminação nas pontes** de Rio Caldo;
- Construção da Capela Mortuária em Vilar da Veiga;
- Construção da Capela Mortuária da Balança;
- Revitalização das Casas Florestais;
- Requalificação da **Estrada da Mata de Albergaria**;
- Estrada entre o **Campo do Gerês e a Batoca** (Vilar da Veiga);
- Recuperação da **Ponte de Arame** (Vilar/Gondoriz);
- Recuperação da **Ponte de Cabaninhas** (Carvalheira);
- Requalificar a ligação entre o Centro Interpretativo do Garrano (Covide), Paredes (Carvalheira) e zona de lazer do Poço Macho, com a construção de uma nova ponte;
- Concluir a ecovia entre Moimenta e Souto.

Cultura, património, desporto e lazer

- Aquisição de terrenos para a construção do novo campo municipal e zona de Lazer e autocaravanas;
- Elaborar um **plano municipal para defesa e valorização do património**;
- Inventariar e classificar o **património cultural** (material e imaterial) e o **património arquitetónico** do concelho;
- Apoiar e promover a requalificação do património arquitetónico e religioso;
- Aproveitamento turístico do património arqueológico, tal como a área do Sagrado (Campo do Gerês), a Calcedónia (Covide) e o Castelo (Monte-Covide);
- Criar roteiros do património e sua sinalização;

- Dinamizar um Festival de Filmes de Montanha e Festival da Imagem do Gerês;
- Promover uma exposição internacional de fotografia de montanha;
- Concluir a reabilitação do **Centro Cultural de Terras de Bouro** de forma a criar uma Casa das Artes, com espaço para exposições, eventos e manifestações culturais, incluindo uma ludoteca e uma escola de música (em fase de conclusão) que terá o nome de “Carlos Pereira”;
- Dinamizar a **Rede Museológica** (Museu de Vilarinho, Museu da Geira, Galeria dos Miliários (na Portela do Homem), Centro Interpretativo da Rota dos Moinhos, em Santa Isabel do Monte, e a Casa do Latim, em Covide);
- Apoiar a **Banda Musical de Carvalheira** na divulgação e ensino da música;
- Apoiar a construção do **Museu** para a Banda Musical de Carvalheira;
- Criar um **plano de programação cultural** do Concelho;
- Privilegiar o relacionamento com a ATAHCA fomentando a recuperação do património do concelho;
- Integrar o Museu de Vilarinho e da Geira na rede regional de museus;
- Organizar uma festa convívio transfronteiriça promovendo a aproximação entre os municípios galegos vizinhos, com eventos desportivos, culturais e gastronómicos;
- Apoiar e dinamizar a **Subida da Vezeira** do Gerês, a **Feira da Chanfana de Cabra** na Ermida, a **Feira do Cabrito Biológico** e a **Geira Romana**;
- Apoiar a dinamização cultural nas freguesias;
- Levar a cultura às Instituições, através dos nossos ranchos folclóricos e demais entidades ligadas à cultura;
- Apoiar autores terrabourenses na edição de livros ou em outros eventos de cultura;
- Criar uma **Quinta Pedagógica** em Covide, cujo projeto se encontra elaborado;
- Cooperar na Requalificação da Capela de S. Brás em Moimenta (Obras a decorrer);
- Pugnar pela criação de um **Centro de Canoagem e Vela** na barragem de Vilarinho da Furna e na Caniçada.

2.3. Apoio às Juntas de Freguesia

Continuaremos a celebrar contratos com as Freguesias para a execução de obras por administração direta ou por transferência para a respetiva Junta de Freguesia. A resolução dos problemas de abastecimento de água, a pavimentação de diversas ruas e vias de acesso, a segurança rodoviária, a requalificação de espaços públicos, a construção ou requalificação de estruturas como Casas Mortuárias, Sedes de Juntas, Centros Culturais e abrigos de passageiros, são alguns exemplos de obras que merecerão o apoio da Câmara Municipal. Em suma, à semelhança dos anos anteriores, apoiaremos técnica e financeiramente as Juntas de Freguesia na realização de diversas obras e atividades, no quadro da defesa dos interesses próprios das populações respetivas, solicitando-se autorização à Assembleia Municipal, nos termos de j) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL, para que a Câmara Municipal apoie as Juntas de Freguesia com meios técnicos, humanos e financeiros, consignando-se, neste último caso, o limite anual de trezentos mil euros (€ 300.000,00), por freguesia.

Para além destes apoios, a Câmara Municipal apoiará a manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais e a realização de investimentos nas freguesias transferindo, em duodécimos, para cada uma delas o montante previsto na tabela seguinte:

Freguesia	Manutenção de vias	Investimento	Montante Anual	Duodécimos	
				Janeiro	Restantes meses
Balança	10 000,00	10 500,00	20 500,00	1 800,00	1 700,00
Campo do Gerês	7 000,00	7 500,00	14 500,00	1 300,00	1 200,00
Carvalheira	10 000,00	10 500,00	20 500,00	1 800,00	1 700,00
Chamoim e Vilar	11 000,00	11 500,00	22 500,00	1 875,00	1 875,00
Chorense e Monte	11 000,00	11 500,00	22 500,00	1 875,00	1 875,00
Cibões e Brufe	11 000,00	11 500,00	22 500,00	1 875,00	1 875,00
Covide	10 000,00	10 500,00	20 500,00	1 800,00	1 700,00
Gondoriz	10 000,00	10 500,00	20 500,00	1 800,00	1 700,00
Moimenta	10 000,00	10 500,00	20 500,00	1 800,00	1 700,00
Ribeira	10 000,00	10 500,00	20 500,00	1 800,00	1 700,00
Rio Caldo	13 500,00	14 000,00	27 500,00	2 310,00	2 290,00
Souto	10 000,00	10 500,00	20 500,00	1 800,00	1 700,00
Valdosende	12 000,00	12 500,00	24 500,00	2 060,00	2 040,00
Vilar da Veiga	14 500,00	15 000,00	29 500,00	2 550,00	2 450,00
Total	150 000,00	157 000,00	307 000,00	26 445,00	25 505,00

Considerando o valor que as populações das freguesias atribuem à realização das tradicionais festividades em honra dos respetivos padroeiros, eventos onde se cultiva a vivência em comunidade, bem como, se promovem os usos e costumes, a Câmara Municipal, apoiará, para o efeito, cada freguesia (17 freguesias) com € 1.500,00, para a realização das festividades em honra do respetivo padroeiro. Neste âmbito podem ainda ser apoiadas outras festividades,

organizados pelas Juntas de Freguesia, ou outras entidades legalmente existentes, com apoios extraordinários, a deliberar, caso a caso, em reunião da Câmara Municipal.

2.4. Notas finais

2.4.1. Orçamentos de outras entidades

Nos termos da alínea b), do nº 2, do artigo 46.º do RFALEI, o orçamento deverá ainda incluir os orçamentos de outras entidades participadas em relação às quais se verifique o controlo ou presunção do controlo pelo município.

Considerando que o Município de Terras de Bouro não controla, efetiva ou presumivelmente, qualquer das entidades em que participa, não são incluídos nos presentes documentos previsionais qualquer orçamento de qualquer daquelas entidades.

2.4.2. Mapas das entidades participadas pelo município

Conforme determinado na alínea c) do nº 2, do artigo 46.º do RFALEI, como anexo.5 apresenta-se o mapa das entidades participadas pelo Município do Terras de Bouro, bem como a respetiva percentagem de participação e valor correspondente.

2.4.3. Responsabilidades contingentes

A identificação e descrição das responsabilidades contingentes a que se refere a alínea a) do nº 1, artigo 46º, do RFALEI constam do anexo.6 ao presente relatório.

Anexos

Anexo.1 – Amortização média de empréstimos

Caracterização do Empréstimo	Data Contratação	Prazo do	Anos	Dívida em 1 de	Anos de amortização	Amortização média
	do Empréstimo	Contrato	Decorridos	Janeiro de 2014		
CGD: 0810000419291	11-05-2001	20	12	54 440,80		a)
CGD: 0810000414191	11-05-2001	20	12	172 993,64		c)
CGD: 9015002313791	09-07-2001	20	12	393 451,27		c)
CGD: 9015002272691	05-09-2001	20	12	248 894,28		c)
CGD: 0810000406091	07-09-2001	20	12	21 345,31		c)
CGD: 0810000410991	07-09-2001	20	12	36 796,24		c)
CCAM: 59040107226	15-05-2003	20	10	289 438,00		d)
CCAM: 56027276582	02-10-2003	20	10	75 553,69		e)
CGD: 9015004324391	03-09-2004	20	9	385 655,61		f)
CGD: 9140013398391	11-05-2005	20	8	430 764,44		e)
CGD: 9015004579391	19-10-2005	20	7	182 575,29		f)
IHRU: 2005.21.31.41.2.00.1	22-11-2005	25	7	227 968,66	18	12 664,93
CGD: 9015004926891	12-07-2006	20	7	322 546,53	13	24 811,27
CCAM: 56038257776	10-10-2006	10	7	93 135,22	3	b)
CCAM: 56038385217	04-12-2006	20	6	298 549,82	14	21 324,99
CCAM: 56047150047	06-06-2009	20	4	472 839,63	16	29 552,48
SubTotal				3 706 948,43		88 353,66
Caracterização do Empréstimo	Data Contratação do Empréstimo	Prazo do Contrato		capital utilizado	Anos do contrato	Amortização média
CGD: 9015008494291	24-08-2016	20		500 000,00	20	25 000,00
BPI: 5697269830001	14-01-2019	20		1 436 000,00	20	71 800,00
BPI: 5697269830002	14-01-2019	8		244 500,00	8	30 562,50
BEI ID: 324 - Req. Av. 20 de junho	27-09-2019	10		16 986,33	10	1 698,63
BEI ID: 128 - Ecovia do Cávado e Homem	27-09-2019	15		81 050,00	15	5 403,33
BEI ID: 129 - Req. Rua Miguel Torga	27-09-2019	8		12 791,61	8	1 598,95
BEI ID: 44 - Rede Pedonal 1	27-09-2019	15		28 092,22	15	1 872,81
BEI ID: 226 - Parque Urbano	27-09-2019	11		19 935,25	11	1 812,30
BEI ID: 4747 - Rede Pedonal 2	14-06-2021	15		201 998,64	15	13 466,58
BEI ID: 4891 - Sala Polivalente	14-06-2021	15		24 999,14	15	1 666,61
BEI ID: 4892 - C.M.P. Civil	14-06-2021	15		141 380,38	15	9 425,36
BEI ID: 4923 - Mais EE Centro Cultural	15-07-2021	15		90 147,69	15	6 009,85
CCAM: 56072526835	19-07-2021	20		1 750 000,00	20	87 500,00
BEI ID: 5336 - Praia F. Alqueirão	18-10-2022	15		19 814,78	15	1 320,99
BEI ID: 5337 - Ancoradouro Pontes	18-10-2022	15		44 416,22	15	2 961,08
BEI ID: 5338 - Espaços de apoio à visitação	18-10-2022	12		20 158,52	12	1 679,88
BEI ID: 5339 - Percurso de ligação a zonas de visitação	18-10-2022	15		28 212,27	15	1 880,82
BEI ID: 5340 - Zona de lazer no Rio Homem	18-10-2022	10		11 207,54	10	1 120,75
CCAM: 56079650605 (*)	19-08-2024	20		1 950 000,00	20	97 500,00
CCAM: 56082296323 (*)	14-08-2005	20		1 850 000,00	20	92 500,00
SubTotal				8 471 690,59		456 780,43
Amortização Média de Empréstimos						545 134,09

- a) Empréstimo totalmente amortizado no ano de 2015
b) Empréstimo totalmente amortizado no ano de 2017
c) Empréstimo totalmente amortizado no ano de 2021
d) Empréstimo totalmente amortizado no ano de 2023
e) Empréstimo totalmente amortizado no ano de 2024
f) Empréstimo totalmente amortizado no ano de 2025

Anexo.2 – Subsídios e protocolos - Receita

Nº	DESIGNAÇÃO	Valor
NORTE2030-FSE+-01400900	Ter + Sucesso em Terras de Bouro	228 248,00
NORTE2030-FSE+-02629900	Planos de Ação (Inter)Municipal para a Inclusão Ativa de Grupos Vulneráveis de Terras de Bouro	243 188,00
NORTE2030-FSE+-02629100	Balcão Móvel da Inclusão de Terras de Bouro	127 680,67
NORTE2030-FEDER-02951100	Requalificação Urbana do Antigo Bairro da EDP em Valdosende	897 619,85
NORTE2030-FEDER-02947800	Requalificação Urbana de Rio Caldo	468 728,77
NORTE2030-FEDER-02632300	Construção de rede pedonal, entre Zanganho e Batoca	173 987,37
NORTE2030-FEDER-02622300	Recolha Seletiva de Bioresíduos em Terras de Bouro	297 653,85
NORTE2030-FEDER-02620400	Meios Materiais para a Proteção Civil de Terras de Bouro	170 837,25
NORTE2030-FEDER-02732400	Digitalização da Administração Pública Local – CMTB	291 884,90
NORTE2030-FEDER-01292600	CÁVADO ADAPT MAIS (+) Pl. territorial Adaptação alterações climáticas	8 573,10
PESSOAS-FSE+-01571100	CLDS 5GEIRA	413 712,00
Projeto nº 4747	Requalificação edifício Rio Caldo	500 000,00
PRR C08-i02.04 - projeto nº 5253_2023	BUPPI - Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Sistema nacional de cadastro Predial - Dimensão Local região Norte	47 087,60
153/PRR/GEP AC/2023	Aquisição de equipamentos informáticos, bibliotecas itinerantes on line e sistemas de informação e catálogos integrados, em 239 bibliotecas públicas	99 677,44
PRR/01/C19-i08/2024	Aquisição e Desenvolvimento de Plataformas de Gestão Urbana	176 000,00
AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	eAI do Município de Terras de Bouro	80 000,00
Acessibilidades 360º nº 2/C03-i02/2021 - 976	Instalação Plataforma Vertical Câmara Municipal	4 666,67
Acessibilidades 360º nº 2/C03-i02/2021 - 1003	Instalação Plataforma Vertical piscina Municipal	4 666,67
Acessibilidades 360º nº 2/C03-i02/2021 - 1010	Instalação Plataforma Vertical Pavilhão Municipal	4 666,67
PRR-RE-C03-i01-07-000247	Radar Social – Criação de Equipas para Projeto Piloto	76 646,27
Projeto nº 18163	Aquisição de 15 ciclomotores e motociclos elétricos com 4 rodas e 5 cadeiras de rodas elétricas	15 333,24

Nº	DESIGNAÇÃO	Valor
Projeto nº 4648	Obras de adaptação e reorganização espacial para criação de condições de acessibilidade na habitação localizada no Lugar de Santinhos n.º 1 4840-050 Chamoim.	9 600,51
Projeto nº 13790	Obras de adaptação e reorganização espacial para criação de condições de acessibilidade na habitação localizada na Rua da Corredoura n.º 172-Moimenta 4840-100 Terras de Bouro.	7 750,00
DGAL - Contrato programa	Reconstrução e Ampliação de Pavilhão Destinado a Serviços Municipais	500 000,00
P082423 - Turismo Portugal - Linha de Apoio “+ Interior Turismo”/Turismo de Portugal	Construção de Ecovia do Cávado e Homem 3ª fase	284 809,33
Protocolo Fundo Ambiental	Territórios resilientes - Linhas de água - Medidas de emergência de apoio e mitigação do impacto incêndios rurais	30 000,00
Protocolo Fundo Ambiental	Territórios resilientes - Floresta e Gestão Florestal e Sustentável - Medidas de emergência de apoio e mitigação do impacto incêndios rurais	49 494,93
Total Financiamentos		5 212 513,09

Anexo.3 – Encargos com empréstimos

Entidade	Capital	Juros
Caixa Geral de Depósitos	52 460,64	10 240,07
Caixa de Crédito Agrícola	134 291,30	48 453,93
Banco BPI	121 958,86	34 731,58
Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana	15 045,10	2 796,40
BEI	48 125,75	19 643,96
TOTAL GERAL	371 881,65	115 865,94

Anexo.4 – Mapa plurianual de empréstimos

data do contrato	Finalidade	Entidade credora	Capital	Capital	Capital em dívida a 31/12/2025(*)	2026		Anos seguintes (*)					
			Contratado	Utilizado até 10/2025		Amortização	Capital em dívida	2027		2028		2029	
								Amortização	Capital em dívida	Amortização	Capital em dívida	Amortização	Capital em dívida
22/11/2005	Construção de 12 fogos de habitação social	IHRU	297 507,00	296 790,41	81 672,04	15 291,32	66 380,72	15 795,94	50 584,78	16 317,21	34 267,57	16 855,67	17 411,90
12/07/2006	A Geira na Serra do Gerês / Plano Rodoviário Municipal - 9015004926891	CGD	411 699,00	411 699,00	25 998,79	25 998,79							
04/12/2006	Rede de Saneamento e de Abastecimento de água - 56038385217	CCAM	388 000,00	388 000,00	34 739,08	23 038,66	11 700,42	11 700,42					
06/06/2009	Centro Escolar do Vale do Homem e Pavilhão Gimnodesportivo - 56047150047	CCAM	500 000,00	500 000,00	126 043,42	30 303,99	95 739,43	31 092,08	64 647,35	31 906,04	32 741,31	32 741,31	
24/08/2016	Conservação da Rede Viária /Redes de água e saneamento - 9015008494291	CGD	500 000,00	500 000,00	289 473,69	26 315,78	263 157,91	26 315,78	236 842,13	26 315,78	210 526,35	26 315,78	184 210,57
14/01/2019	Renovação do Parque de Máquinas e Viaturas - 5697269830002	BPI	250 000,00	244 500,00	52 392,92	34 928,56	17 464,36	17 464,36					
14/01/2019	Açude; Pavilhões; CM 1276; CM 1259 - 5697269830001	BPI	1 550 000,00	1 436 000,00	1 174 909,05	87 030,30	1 087 878,75	87 030,30	1 000 848,45	87 030,30	913 818,15	87 030,30	826 787,85
27/09/2019	Requalificação da Av. 20 de junho ID: 1456	AD & C	16 986,33	16 986,33	10 910,04	2 101,77	8 808,27	2 141,14	6 667,13	2 181,24	4 485,89	2 222,09	2 263,80
27/09/2019	Ecovia do Cávado e Homem - Troço de Moimenta ID: 1357	AD & C	81 050,00	81 050,00	65 638,87	5 389,76	60 249,11	5 621,89	54 627,22	5 864,02	48 763,20	6 116,58	42 646,62
27/09/2019	Parque Verde Urbano de Moimenta ID: 1430	AD & C	19 935,25	19 935,25	13 656,46	2 171,82	11 484,64	2 212,50	9 272,14	2 253,94	7 018,20	2 296,15	4 722,05
27/09/2019	Requalificação da Rua Miguel Torga ID: 1358	AD & C	12 791,61	12 791,61	6 573,81	2 150,72	4 423,09	2 191,00	2 232,09	2 232,09			
27/09/2019	Construção de Rede Pedonal - 1.ª Fase ID 1317	AD & C	28 092,22	28 092,22	22 414,61	1 991,71	20 422,90	2 043,46	18 379,44	2 096,54	16 282,90	2 151,01	14 131,89
14/06/2021	Construção da Rede Pedonal Rio Caldo Vilar da Veiga - 2.ª fase ID: 1690	AD & C	201 998,64	201 998,64	141 107,43	8 764,13	132 343,30	9 073,94	123 269,36	9 394,71	113 874,65	9 726,81	104 147,84
14/06/2021	Adaptação da sala Polivalente Municipal ID: 1702	AD & C	24 999,14	24 999,14	20 467,56	1 559,95	18 907,61	1 598,61	17 309,00	1 638,25	15 670,75	1 678,86	13 991,89
14/06/2021	Centro Municipal de Proteção Civil ID: 1703	AD & C	141 380,38	141 380,38	128 336,79	9 109,28	119 227,51	9 454,80	109 772,71	9 813,43	99 959,28	10 185,65	89 773,63
15/07/2021	Mais Eficiência Energética Centro Cultural de Terras de Bouro ID: 1723	AD & C	90 147,69	90 147,69	90 147,69	5 382,68	84 765,01	5 604,18	79 160,83	5 834,80	73 326,03	6 074,90	67 251,13
18/10/2022	Implementação da Praia Fluvial do Alqueirão ID: 1936	AD & C	29 722,17	19 814,78	19 814,78	1 386,36	18 428,42	1 408,04	17 020,38	1 430,07	15 590,31	1 452,43	14 137,88

data do contrato	Finalidade	Entidade credora	Capital	Capital	Capital em dívida a 31/12/2025(*)	2026		Anos seguintes (*)					
			Contratado	Utilizado até 10/2025		Amortização	Capital em dívida	2027		2028		2029	
								Amortização	Capital em dívida	Amortização	Capital em dívida	Amortização	Capital em dívida
18/10/2022	Ancoradouro Entre Pontes ID: 1937	AD & C	66 624,34	44 416,22	44 416,22	3 107,62	41 308,60	3 156,23	38 152,37	3 205,59	34 946,78	3 255,73	31 691,05
18/10/2022	Criação de espaços de apoio à visitação ID: 1938	AD & C	20 158,52	20 158,52	20 158,52	1 878,01	18 280,51	1 907,38	16 373,13	1 937,21	14 435,92	1 967,51	12 468,41
18/10/2022	Percurso de ligação a zonas de visitação e lazer em Moimenta ID: 1939	AD & C	28 212,27	28 212,27	28 212,27	1 973,89	26 238,38	2 004,76	24 233,62	2 036,12	22 197,50	2 067,96	20 129,54
18/10/2022	Zona de Lazer do Rio Homem ID: 1940	AD & C	16 811,32	11 207,54	11 207,54	1 326,04	9 881,50	1 346,78	8 534,72	1 367,84	7 166,88	1 389,23	5 777,65
19/07/2021	EM531 E CM1269 -/ CM Rio Caldo /EM 536 /Gogide /EM 205 - 56072526835	CCAM	1 920 000,00	1 750 000,00	1 610 643,40	80 948,65	1 529 694,75	83 086,81	1 446 607,94	85 464,08	1 361 143,86	87 909,35	1 273 234,51
19/08/2024	EM 531 - 2.Fase/ CM Rio Caldo / EN 308 (Desclassificada) - 56079650605	CCAM	1 950 000,00		208 000,00		(*) 1 950 000,00	76 441,99	1 873 558,01	79 455,41	1 794 102,60	82 587,63	1 711 514,97
14/08/2025	Extensão de Saúde R.Caldo; Rec. ampl. armazém; UCC; Impl. áreas de acol. empresarial; Const. zona de lazer confinante ecovia; Jardim de infância e centro escolar de Terras de Bouro; 56082296323	CCAM	1 850 000,00		109 500,00		(*) 1 850 000,00		1 850 000,00	83 612,87	1 766 387,13	85 593,54	1 680 793,59
Totais			10 396 115,88	6 268 180,00	4 336 434,98	372 149,79	7 446 785,19	398 692,39	7 048 092,80	461 387,54	6 586 705,26	469 618,49	6 117 086,77

(*) - Estimativa

Anexo.5 – Entidades participadas

Designação entidade	NIPC	Participação	
		%	Valor
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	0,282%	4.300,00
Associação de Desenvolvimento das Regiões do Parque Nacional da Peneda Gerês - ADERE-PG	503361380	0,00%	0,00
BRAVAL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA	503730947	2,40%	42.000,00
Escola Profissional Amar Terra Verde, Lda.	504595067	9,80%	79.807,66
CIAB - Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Consumo	505214504	5,00%	3.500,00
ALIANÇA ARTESANAL - Cooperativa de Interesse Público e Responsabilidade Lda.	502037067	12,50%	396,54
Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM do Cávado)	508779472	7,3%	11.773,00
Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER	508905435	0,00%	0,00
Águas do Norte, S.A.	509436595	0,169%	177.400,00
Agência de Energia do Cávado	509401848	7,39%	5.000,00
Fundo de Apoio Municipal	513319182	0,068%	283.662,00
Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave	503408077	0,00%	0,00

Anexo.6 – Responsabilidades contingentes

A) PROCESSOS JUDICIAIS

PROCESSO N.º 1

Número do processo judicial: 214/18.7BEBRG.

Tribunal: Administrativo e Fiscal de Braga.

Secção: UO1.

Posição processual do Município: Réu.

Identificação da contraparte: Abílio dos Anjos da Silva Ribeiro.

Valor da potencial responsabilidade a cargo do Município: 15.000,00 €, acrescida de juros de mora contados desde a data da citação (janeiro de 2018), com uma componente ilíquida de valor indeterminado, de risco baixo.

Objeto do litígio: Ação de responsabilidade civil por danos decorrentes de alegada demolição coerciva ilegal de edifício particular, que oferecia perigo para pessoas e bens. Foi proferida sentença em 22/11/2021 que absolveu totalmente o Município, a qual ainda não transitou em julgado. O Autor interpôs recurso jurisdicional, cuja apreciação se encontra pendente. Risco da ação baixo.

PROCESSO N.º 2

Número do processo judicial: 3958/19.2T8BRG.

Tribunal: Comarca de Braga – Juízo Central Cível de Braga.

Secção: Juiz 2.

Posição processual do Município: Réu.

Identificação da contraparte: Rosa Rodrigues Silva Martins e outros.

Valor da potencial responsabilidade a cargo do Município: 409.150,70 €.

Objeto do litígio: Trata-se de ação de responsabilidade civil extracontratual emergente de acidente de viação do qual resultou a morte de Joaquim Vieira Martins, na parte não coberta pela vertente laboral, sobre a qual já sobreveio decisão judicial. Aguarda prolação de despacho saneador. O risco da ação é médio.

PROCESSO N.º 3

Número do processo judicial: 2051/19.2 BEBRG.

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.

Secção: UO 1.

Posição processual do Município: Réu.

Identificação da contraparte: António Sérgio Lemos Correia e Sousa.

Valor da potencial responsabilidade a cargo do Município: Nenhuma.

Objeto do litígio: Trata-se de ação em que o Autor pretende ver reconhecida a invalidade do despacho final que determinou a reposição coerciva da legalidade urbanística perante uma obra que se afastou dos termos do licenciamento. Aguarda prolação de despacho saneador. O risco da ação é médio.

PROCESSO N.º 4

Número do processo judicial: 1229/20.0 BEBRG.

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.

Secção: UO 1.

Posição processual do Município: Réu.

Identificação da contraparte: Soconcal – Sociedade Construtora do Cávado, S.A.

Valor da potencial responsabilidade a cargo do Município: Nenhuma.

Objeto do litígio: Trata-se de ação em que o Autor pretende ver reconhecida a invalidade do despacho final que determinou a reposição coerciva da legalidade urbanística perante uma obra que se afastou dos termos do licenciamento. Foi proferido despacho saneador em 06/05/2021. Aguarda marcação de julgamento. O risco da ação é médio.

PROCESSO N.º 5

Número do processo judicial: 893/22.0 BEBRG.

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.

Secção: UO 1.

Posição processual do Município: Réu.

Identificação da contraparte: IMEG, LDA.

Valor da potencial responsabilidade a cargo do Município: 1.017.176,04 €, a que acresce componente ilíquida não determinável nesta fase.

Objeto do litígio: Trata-se de ação em que a Autora peticiona indemnização fundada em responsabilidade civil extracontratual do Município pela conduta do Município no processo de

obras n.º 133/2008 e, em especial, pela declaração de nulidade de ato de licenciamento de 27/05/2019. O risco da ação é médio.

PROCESSO N.º 6

Número do processo judicial: 1283/23.3 BEBRG.

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.

Secção: UO 1.

Posição processual do Município: Réu.

Identificação da contraparte: Adelino Manuel da Silva Alves.

Valor da potencial responsabilidade a cargo do Município: Nenhuma.

Objeto do litígio: Trata-se de ação em que o Autor peticiona a invalidade de despacho que ordena a demolição de edificação e reposição do local no estado anterior. O processo aguarda a prolação e despacho saneador. O risco da ação é baixo.

PROCESSO N.º 7

Número do processo judicial: 976/23.0 BEBRG.

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela.

Secção: UO.

Posição processual do Município: Réu.

Identificação da contraparte: SONORGÁS – SOCIEDADE DE GÁS DO NORTE, S.A.

Valor da potencial responsabilidade a cargo do Município: Nenhuma. Está em causa a impugnação de taxas municipais de 895,50 € + 4.477,50 € + 12.268,37 €.

Objeto do litígio: Trata-se de ação em que a Autora discute a exigibilidade de taxas relativas a construções especiais no solo ou subsolo e de ocupação da via pública, relacionado com condutas de gás. O processo aguarda a prolação de sentença. O nível de risco é médio.

PROCESSO N.º 8

Número do processo judicial: 133/24.8BEBRG.

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.

Secção: Unidade Orgânica 3.

Posição processual do Município: Exequente.

Identificação da contraparte: SONORGÁS – SOCIEDADE DE GÁS DO NORTE, S.A.

Valor da potencial responsabilidade a cargo do Município: Nenhuma. Está em causa a oposição à execução de taxas municipais de 895,50 € + 4.477,50 € + 12.268,37 €.

Objeto do litígio: Trata-se de ação em que a Autora se opôs á execução movida pelo Município, relativa às taxas a que se refere o processo precedente, onde se discute a exigibilidade de taxas relativas a construções especiais no solo ou subsolo e de ocupação da via pública, relacionado com condutas de gás. O processo aguarda a prolação de sentença. O nível de risco é médio.

PROCESSO N.º 9

Número do processo judicial: 1287/24.9BEBRG.

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.

Secção: Unidade Orgânica 1.

Posição processual do Município: Réu.

Identificação da contraparte: FERNANDES & FERNANDES, LDA

Valor da potencial responsabilidade a cargo do Município: 133.653,72 €, acrescidos de juros à taxa legal e custas judiciais.

Objeto do litígio: Trata-se de ação em que a Autora pretende o pagamento de revisão de preços em empreitada de obra pública, aplicando fórmula que o Município entende indevida. O risco da ação é alto, para um valor parcial (86.063,73 € + 7.333,42 €).

PROCESSO N.º 10

Número do processo judicial: 1564/24.9 BEBRG.

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.

Secção: UO 1.

Posição processual do Município: Réu.

Identificação da contraparte: Bruno Agostinho Lopes Gonçalves Névoa.

Valor da potencial responsabilidade a cargo do Município: Nenhuma.

Objeto do litígio: Trata-se de ação em que o Autor peticiona a invalidade de despacho que ordena a demolição de edificação e reposição do local no estado anterior. O processo aguarda a prolação de despacho saneador. O risco da ação é baixo.

PROCESSO N.º 11

Número do processo judicial: 1591/24.6 BEBRG.

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.

Secção: UO 1.

Posição processual do Município: Réu.

Identificação da contraparte: A.J. Martins & Filhos, Lda.

Valor da potencial responsabilidade a cargo do Município: Nenhuma.

Objeto do litígio: Trata-se de ação em que a Autora peticiona a invalidade de despacho que ordena a demolição de edificação e reposição do local no estado anterior. O processo aguarda a prolação de despacho saneador. O risco da ação é baixo.

PROCESSO N.º 12

Número do processo judicial: 2047/24.2 BEBRG.

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.

Secção: UO 1.

Posição processual do Município: Réu.

Identificação da contraparte: António José da Rocha Duarte.

Valor da potencial responsabilidade a cargo do Município: Nenhuma.

Objeto do litígio: Trata-se de ação comum (precedida de providência cautelar que foi julgada favoravelmente ao Município) em que o Autor peticiona a anulação de despacho que ordena a demolição de edificação e reposição do local no estado anterior. Foi deduzida contestação pelo Município, estando o processo ainda na fase dos articulados, aguardando a prolação de despacho saneador. O risco da ação é baixo.

PROCESSO N.º 13

Número do processo judicial: 2328/24.5 BEBRG.

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.

Secção: UO 1.

Posição processual do Município: Réu.

Identificação da contraparte: Fernando Manuel Machado Martins.

Valor da potencial responsabilidade a cargo do Município: Nenhuma.

Objeto do litígio: Trata-se de ação comum em que o Autor peticiona a anulação de despacho que ordena a demolição de edificação e reposição do local no estado anterior. Foi deduzida contestação pelo Município, estando o processo ainda na fase dos articulados, aguardando a prolação de despacho saneador. O risco da ação é baixo.

PROCESSO N.º 14

Número do processo judicial: 405/25.4 BEBRG.

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.

Secção: UO 1.

Posição processual do Município: Réu.

Identificação da contraparte: Pedro Inácio Ferreira Sampaio.

Valor da potencial responsabilidade a cargo do Município: Nenhuma, porquanto não existem pedidos de expressão pecuniária.

Objeto do litígio: Impugnação de ato administrativo que ordenou a demolição de edificação e a reposição do local no estado anterior.

B) PROCESSOS DE CONTRAORDENAÇÃO

PROCESSO N.º 1

Número do processo administrativo: 42/2013/ARHN.

Natureza do processo: contraordenação ambiental.

Entidade autuante: Agência Portuguesa do Ambiente.

Posição processual do Município: Arguido.

Factos imputados: Depósito de inertes perto de linha de água.

Valor da potencial responsabilidade a cargo do Município: 48.000,00 €, enquanto valor máximo da coima, de baixa probabilidade de ocorrência. Aguarda decisão final, sendo plausível que venha a ser declarada a prescrição.

Encerramento

O presente Relatório do Orçamento que integra os **DOCUMENTOS PREVISIONAIS** para o ano de 2026, que se contêm em 57 páginas, que antecedem e incluem esta, devidamente numeradas, foram aprovados em reunião ordinária da Câmara Municipal de Terras de Bouro, realizada em 3 de dezembro de 2025.

O Presidente,

(Manuel João Sampaio Tibo)

Os Vereadores,

(Adelino Silva Cunha)

(Ana Genoveva Silva Araújo)

(Diogo Carrasqueiras Pereira)

(António Manuel Cunha Martins)

TERMO DE APROVAÇÃO FINAL

O presente Relatório do Orçamento que integra os **DOCUMENTOS PREVISIONAIS** para o ano de 2026, que se contêm em 57 páginas, que antecedem e incluem esta, devidamente numeradas, mereceram aprovação da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, em sua sessão ordinária do dia 19 de dezembro de 2025.

O Presidente,

(Augusto Manuel Martins Braga)

O 1.º Secretário,

A 2.ª Secretária,

(Avelino José Antunes Soares)

(Isménia Maria Gomes Loureiro)



**CÂMARA MUNICIPAL
TERRAS DE BOURO**

Praça do Município
4840-100 Terras de Bouro
T. (+351) 253 350 010
www.cm-terrasdebouro.pt
geral@cm-terrasdebouro.pt